



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD:  
Estudo de Caso na Região Metropolitana de Belém**

**Jeanderson da Silva Saraiva**

**Belém-PA  
2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Jeanderson da Silva Saraiva**

**Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD:  
Estudo de Caso na Região Metropolitana de Belém**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania  
Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientadora: Profª. Simone Souza da Costa Silva, *Dra.*

**Belém - PA  
2020**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

S243p Saraiva, Jeanderson da Silva  
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência -  
PROERD : Estudo de Caso na Região Metropolitana de Belém /  
Jeanderson da Silva Saraiva. — 2020.  
88 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Simone Souza da Costa Silva  
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Polícia Militar. 2. Jovens. 3. Sociedade. I. Título.

CDD 363.1

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD:  
Estudo de Caso na Região Metropolitana de Belém**

**Jeanderson da Silva Saraiva**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará.

Belém, 13 de Fevereiro de 2020.

---

Profª. Dra. Sílvia dos Santos de Almeida  
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

**Banca Examinadora**

---

Profª. Dra. Simone Souza da Costa Silva  
Universidade Federal do Pará  
Orientadora

---

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador (a)

---

Prof. Dr. Fernando Augusto Ramos Pontes  
Universidade Federal do Pará  
Avaliador (a)

---

Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio  
Polícia Militar do Pará  
Avaliador (a)

À minha amada esposa, pelo apoio incondicional e  
cumplicidade.

**DEDICO**

## AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo que tem Estado ao meu lado em todos os momentos, guiando e orientando minhas decisões.

Aos meus pais, Antônio do Nascimento Saraiva e Edna da Silva Saraiva, irmãos Júlio Cézar da Silva Saraiva, Jeany da Silva Saraiva e Jandersom da Silva Saraiva, que sempre foram o esteio e motivo de minha caminhada.

À minha amada esposa Jéssica Alves Grismino Saraiva pelo incentivo e apoio diário, fundamentais para a retomada da árdua rotina acadêmica.

À minha orientadora Dra. Simone Souza da Costa Silva, que cumpriu com excelência a missão de orientar. Sempre paciente, cortês, disposta e amável. Seus ensinamentos nortearam os caminhos da pesquisa, sem os quais jamais chegaríamos ao resultado pretendido.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação de Segurança Pública da UFPA, que compartilharam conhecimentos e experiências, fundamentais para que o processo de formação ocorresse de forma exitosa.

À Universidade Federal do Pará e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por fornecer ensino público de excelência, fundamental para a formação e capacitação de profissionais que contribuem para a construção de um país melhor.

Aos valorosos homens e mulheres que pertencentes ao efetivo da bicentenária Polícia Militar do Estado do Pará, que arriscam diariamente suas vidas em prol da sociedade paraense.

Aos colegas da Turma 2018, que tornaram o caminhar mais suave.

“Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências”.

Pablo Neruda

SARAIVA, Jeanderson da Silva. Programa de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD: Estudo de Caso na Região Metropolitana de Belém. 2020. 89f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2020.

## RESUMO

No ano de 2002 a Polícia Militar do Estado do Pará implementou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, que consiste em uma ação de caráter preventivo voltada para alunos do ensino fundamental. Esses educandos participam de aulas ministradas por policiais militares fardados, com o objetivo de evitar o consumo de drogas e a prática de atos violentos. O programa passou a ser uma das estratégias adotadas pela Polícia Militar do Estado do Pará com a finalidade de conter o avanço dos índices de criminalidade no Estado do Pará. Por ser um programa que está sendo implementado na maioria dos municípios paraenses e que envolve diferentes setores da sociedade, além de receber aporte financeiro dos cofres públicos para a realização de suas atividades, torna-se necessária a análise das ações desenvolvidas para a efetivação do PROERD, inclusive dos atores envolvidos, para que os objetivos definidos pelo programa possam ser alcançados. Nesse sentido, pretendeu-se em um primeiro momento, apresentar as características profissionais de policiais militares, pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará, que atuam como instrutores do PROERD, assim como de professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD. Com isso objetivou-se indicar ajustes necessários para potencializar os resultados apresentados atualmente. Objetivou-se ainda, identificar a percepção que esses policiais e professores possuem em relação a determinados aspectos fundamentais do programa educacional em estudo, para então, revelar os principais problemas enfrentados para a efetivação do PROERD nas escolas. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se vasta pesquisa bibliográfica e em seguida partiu-se para o trabalho de campo, com posterior tratamento quantitativo e qualitativo dos dados coletados. Ao final do estudo pode-se identificar importantes características referentes ao perfil da amostra analisada, bem como foi possível apresentar a perspectiva desses profissionais acerca das atividades desenvolvidas durante a execução das aulas do PROERD. As informações constantes da pesquisa possibilitaram identificar pontos que necessitam ser revistos pelos gestores, para que seja possível alcançar os objetivos do programa, quais sejam, manter os jovens livre do consumo de drogas e de prática de atos violentos.

**Palavras-chaves:** Polícia Militar; Jovens; Sociedade.

SARAIVA, Jeanderson da Silva. Resistance to Drugs and Violence Program - PROERD: Case Study in the Metropolitan Region of Belém. 2020. 89f. Dissertation (Postgraduate Program in Public Security), PPGSP, UFPA, Belém, Pará, Brazil, 2020.

### ABSTRACT

In 2002, the Military Police of the State of Pará implemented the Educational Program for Resistance to Drugs and Violence - PROERD, which consists of a preventive action aimed at elementary school students. These students participate in classes taught by uniformed military police officers, with the aim of preventing the consumption of drugs and the practice of violent acts by these young people. This program has become one of the strategies adopted by the PMPA with the aim of reducing the levels of violence and preventing young people from entering the underworld of drug trafficking. As it is a program that is being implemented in most municipalities in Pará and that involves different sectors of society, in addition to receiving financial support from public coffers to carry out its activities, it is necessary to analyze the actions developed to carry out PROERD, including the actors involved, so that the objectives defined by the program can be achieved. In this sense, it was intended, at first, to present the professional characteristics of military police, belonging to the Military Police of Pará, who act as instructors of PROERD, as well as teachers working in the public school system in the metropolitan region of Belém, thereby indicating necessary adjustments to enhance the results currently presented. It also aims to identify the perception that these policemen and teachers have in relation to certain fundamental aspects of the educational program under study, so that from then on, they can present the main problems faced for the implementation of PROERD in schools. In order to achieve the proposed objectives, a vast bibliographic research was carried out and then the fieldwork was carried out, with subsequent quantitative and qualitative treatment of the collected data. At the end of the study, it is possible to identify important characteristics related to the profile of the sample analyzed, as well as to present the perspective of these professionals about the activities developed during the execution of PROERD classes. The information contained in the research, made it possible to identify points that need to be reviewed by managers, so that it is possible to achieve the program's objectives, namely, to keep young people free from drug use and violent acts.

**Keywords:** Military Police; Young; Society; Prevention.

**LISTA DE SIGLAS**

CASEL	<i>Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning</i>
CCPP/PMPA	Centro de Capacitação e Prevenção Primária do Comando Geral da Polícia Militar
D.A.R.E.	<i>Drug Abuse Resistance Education</i>
INFOSEG	Programa Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública
PIAPS	Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência,
U.S.GAO	U.S. Government Accountability Office

## LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

### CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

**FIGURA 1** - Roda de competências de aprendizagem social e emocional segundo Casel..... 13

### CAPÍTULO 2 - ARTIGO 2

**Figura 2** - percepção dos instrutores do proerd, pertencentes ao efetivo da pmpa, em relação às principais dificuldades no âmbito interno, para execução das aulas do PROERD, em 2019. . 45

**Figura 3** - Percentual de professores da rede pública de ensino, atuantes na região metropolitana de Belém, em relação à sua participação nas aulas do PROERD, no ano de 2019..... 49

**Figura 4** - Ocorrência de críticas nas falas dos professores da rede pública de ensino, atuantes na região metropolitana de Belém, em relação as atividades desenvolvidos durante a execução do proerd, em 2019. .... 50

## LISTA DE TABELAS

### CAPÍTULO 2 – ARTIGO 1

**Tabela 1** - Informações dos instrutores do proerd da polícia militar do pará, pertencentes à amostra, em relação à hierarquia, em 2019..... 30

**Tabela 2** - informações dos professores que atuam na rede pública de ensino na região metropolitana de belém, pertencentes à amostra, em 2019..... 32

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
1.1. D.A.R.E. - A origem do PROERD.....	8
1.2. O PROERD no Brasil e no Pará.....	9
1.3. Currículo de Formação dos policiais instrutores do PROERD .....	11
1.4. Material didático - caindo na REAL .....	11
1.5. Caracterização da Amostra.....	14
<b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>15</b>
<b>3. PROBLEMA.....</b>	<b>17</b>
<b>4. OBJETIVOS.....</b>	<b>19</b>
4.1. Objetivo Geral.....	19
4.2. Objetivos Específicos.....	19
<b>5. REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
<b>6. METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
6.1. Participantes .....	22
6.2. Ambiente .....	22
6.3. Instrumentos .....	23
6.3.1. Roteiro de entrevista destinado aos policiais militares (Anexo A):.....	23
6.3.2. Roteiro de entrevista destinado aos professores (Anexo B):.....	23
6.4. Procedimentos .....	24
<b>CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1 .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2 .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
3.1. Considerações Finais.....	56
3.2. Recomendações para trabalhos futuros .....	57
3.3. Proposta de Intervenção .....	58
3.4. Produto da Pesquisa .....	58
<b>REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 1.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE - Resumo do conteúdo dos livros didáticos utilizados pelos instrutores do PROERD.....</b>	<b>66</b>
<b>ANEXO A - Roteiro De Entrevista (Policiais Militares) .....</b>	<b>70</b>

<b>ANEXO B - Roteiro De Entrevista (Professores).....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO D - Publicação em Boletim Geral da PMPA.....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO E.....</b>	<b>79</b>

## CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1. INTRODUÇÃO

As informações apresentadas na 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública destacam que cerca de R\$ 91.000.000.000,00 (noventa e um bilhões de reais) foram destinados ao financiamento de políticas de Segurança Pública no Brasil durante o ano de 2018. A compilação desses dados revela um cenário em que alguns números relacionados à violência apresentaram quedas consideráveis. No entanto, conforme o documento público supracitado evidencia, o Brasil não tem a prática de documentar, monitorar e avaliar as políticas setoriais, o que poderia de certa forma, contribuir para o estímulo de práticas positivas, bem como evitar a continuidade daquelas que não alcançaram o efeito desejado, com isso tornar-se-ia viável a perpetuação das reduções nos indicadores criminais.

Os recursos estatais devem, portanto, ser canalizados de maneira técnica e eficiente por parte dos agentes públicos que os administram, sob o iminente risco de haver investimentos em práticas ineficientes e com pouco, ou nenhum, benefício à sociedade em geral (ODON, 2018).

Contudo, o problema de Segurança Pública não é algo recente na vida dos brasileiros. Tem-se que desde a década de 1980 esse tema ocupa importante espaço na agenda pública nacional, conforme esclarecem Madeira e Rodrigues (2015). Reforçando tal entendimento, a própria Carta Magna de 1988 foi elaborada no sentido de organizar as demandas sociais, assim como destacar a importância da Segurança Pública nos entes federativos da nação.

Em que pese a preocupação aparente dos governantes brasileiros, somente no ano 2000, em meio a uma série de acontecimentos envolvendo ações de violência e criminalidade, foi que a população brasileira conheceu o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública, formulado com a intenção de dar uma resposta imediata à sociedade que clamava por ações mais contundentes por parte do governo federal, conforme enfatizam Barbosa, Sobreira e Brasil (2018). Naquela ocasião, Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República, divulgou o Plano Nacional de Segurança Pública de seu governo, no entanto, de acordo com Soares (2007), tal projeto apresentava graves limitações em sua estrutura.

Corroborando com o entendimento de Soares (2007), Barbosa, Sobreira e Brasil (2018) destacam que o plano continha diversas incongruências em seu modelo, no entanto consistiu em um importante avanço nas políticas de combate à criminalidade, até então vista com certo descaso por parte dos gestores públicos. Para os autores, o projeto ressaltou a importância da

qualificação dos profissionais de segurança pública, além de ter promovido a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção da Violência (PIAPS) e do Programa Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG).

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República brasileira com o discurso de apresentar um novo Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado pelo Instituto Cidadania, que ele mesmo liderava. Soares (2007) esclarece que o Instituto Cidadania foi uma organização não governamental composta por uma série de especialistas com a missão de desenvolver novas propostas para o Brasil. Segundo o autor, o plano foi elaborado durante mais de um ano com a participação de intelectuais de diversos ramos, além de lideranças comunitárias, o que não ocorrera no plano anterior.

Barbosa, Sobreira e Brasil (2018) destacam que o novo plano apresentava como eixos fundamentais a normatização do Sistema Único de Segurança Pública, a desconstitucionalização das polícias e a redução da violência que se manifesta sob a forma de criminalidade. Nesse momento, o debate em torno das minorias se intensifica e se inicia a implementação da filosofia do policiamento comunitário, citado no Plano Nacional de Segurança Pública do governo anterior, mas sem ações efetivas. Além disso, esses pesquisadores enfatizam que o plano dedicou importante espaço para o combate ao tráfico de drogas ilícitas, indicando a necessidade de ações tanto de cunho repressivo, quanto de natureza preventiva, sobretudo campanhas educativas destinadas ao público mais jovem.

Foi em meio a esse cenário de implementação de uma política nacional voltada para redução dos índices de violência, em especial ao combate do tráfico de drogas e aproximação das polícias estaduais com a comunidade, que o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), passou a ser implementado em todos os Estados brasileiros. De acordo com Rodrigues (2018), o programa atua na tentativa de evitar o envolvimento de jovens com práticas ilícitas, em especial consumo/tráfico de drogas e prática de atos violentos, consistindo na versão brasileira do *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), que já chegou a formar anualmente mais de 30 milhões de crianças em 60 países ao redor do mundo.

Nesse contexto, pretende-se identificar e caracterizar policiais militares pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará, que atuam como instrutores do PROERD, assim como professores que atuam na rede pública de ensino, na Região Metropolitana de Belém/PA, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos 3 anos. Com isso, almeja-se identificar a percepção que esses policiais e professores possuem em relação a determinados

aspectos fundamentais do programa educacional em estudo. Além disso, busca-se revelar os principais problemas enfrentados para a efetivação do PROERD nas escolas. Ao final, objetiva-se indicar ajustes necessários para potencializar os resultados apresentados atualmente.

### 1.1. D.A.R.E. - A origem do PROERD

No ano de 1983, a doutora Ruth Rich, especializada em instrução de saúde e professora do Distrito Escolar Unificado de Los Angeles, juntamente com o Chefe de Polícia da cidade de Los Angeles, Daryl Gates, criaram o D.A.R.E. À época chegou-se a conclusão que grande parte da geração de jovens que vivia nos Estados Unidos estava comprometida com o uso de drogas e que somente a transmissão da informação de forma adequada e levada às crianças por meio de um policial fardado é que poderia proteger aqueles que ainda não tivessem ingressado no submundo das drogas (HARMON, 1993).

De acordo com Rateke (2006), foi a partir de 1988 que o programa começou a se expandir, com o objetivo de atender todas as crianças do ensino infantil e fundamental nos Estados Unidos, através de aulas ministradas por policiais fardados que se apresentavam desarmados. Ainda nas palavras de Rateke (2006), apesar de ser uma das principais ferramentas de trabalho dos policiais, a arma de fogo é tida como um obstáculo para a aproximação com crianças e jovens, uma vez que pode remeter a práticas violentas, muitas vezes associadas à própria polícia.

Paiva *et al.* (2018) esclarece que esses policiais recebiam capacitação antes de atuar no programa, a qual se dava mediante um curso com oitenta horas de treinamento específico nas áreas de desenvolvimento infantil e da adolescência. Os policiais aprendiam técnicas de ensino e de comunicação e, segundo Rateke (2006) essas capacitações eram realizadas sob a supervisão de profissionais das áreas de educação, psicologia e farmacologia.

Com relação ao conteúdo do programa D.A.R.E., o currículo foi dividido em três níveis: *Elementary School* (ensino infantil), *Middle School* (ensino fundamental) e *High School* (ensino médio). Foi elaborado com base na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (SEL)<sup>1</sup> e objetiva o desenvolvimento de habilidades básicas, necessárias para que a criança se torne um adulto capaz de fazer escolhas que irão lhe garantir uma vida saudável, sem consumo de drogas ilícitas.

---

<sup>1</sup> De acordo com Costa e Faria (2013) a aprendizagem social e emocional consiste no processo através do qual o sujeito é estimulado a desenvolver a sua capacidade de integrar o pensamento, a emoção e o comportamento, a fim de ser capaz de realizar tarefas sociais consideradas importantes.

Essas habilidades incluem autoconsciência e gestão, tomada de decisão responsável, relacionamento, responsabilidades e desafios (D.A.R.E., 2019).

O conteúdo *Elementary School* é dividido em dez lições, que se inicia com conhecimentos básicos sobre responsabilidade e tomada de decisões, acompanhado de estímulos de habilidades para que os alunos desenvolvam suas próprias respostas positivas às situações que irão se deparar no decorrer de suas vidas.

Já o currículo *Middle School* está fundamentado em normas culturais que ensinam os jovens a viver com confiança e sem a prática do consumo de drogas. Inclui-se no processo a família do estudante e a comunidade onde está inserido. O currículo é apresentado com o nome REAL e ensina que o jovem tem quatro formas de recusar a oferta de drogas: Refuse (Recusar), Explain (Explicar), Avoid (Evitar) e Leave (Abandonar). O conteúdo também foi dividido em dez lições, aplicadas aos alunos do 6º ao 9º ano, que além das aulas ministradas em forma de palestras, contam com apoio de meios auxiliares, como apresentação de vídeos.

Com a proposta de apresentar o conteúdo curricular baseado em evidências e de forma impactante e eficaz, o D.A.R.E. é apresentado na *High School* em três módulos distintos que oferecem aos educadores opções para fornecer aos alunos informações relevantes para o exercício do processo de tomada de decisões, julgadas responsáveis e saudáveis pelo programa. Os componentes curriculares são independentes, mas complementares (D.A.R.E., 2019).

## **1.2. O PROERD no Brasil e no Pará**

Conforme esclarece Domingues (2016), o PROERD chegou ao Brasil no ano de 1992 no Estado do Rio de Janeiro, no entanto, antes dessa data a Polícia Militar fluminense realizava palestras em escolas, objetivando levar informações aos estudantes acerca do consumo de drogas e práticas de atos violentos.

No início dos anos 1990, a força militar do Estado do Rio de Janeiro, manteve o primeiro contato com D.A.R.E. em um evento organizado por agentes do departamento de polícia de Los Angeles. Consta que no ano de 1992, policiais daquele Departamento estiveram no Brasil para treinar os policiais militares na capital fluminense, garantindo a execução oficial das atividades do programa no país, (RATEKE, 2006).

Em 1993, instituiu-se o primeiro centro de treinamento para instrutores no Brasil. Isso ocorreu no Estado de São Paulo, sendo que o programa norte americano D.A.R.E. (*Drugs Abuse Resistance Education*) recebeu o nome de PROERD (Programa Educacional de Resistência às

Drogas e à Violência). Foi destinado inicialmente aos estudantes da quarta série do ensino fundamental da rede de ensino pública e privada. Os aspectos pedagógicos originais do programa norte-americano foram mantidos sem alteração e/ou adaptação à realidade nacional (RATEKE, 2006).

Segundo Paiva *et al.* (2018), com o estabelecimento do Centro de Treinamento em São Paulo, tiveram início as ações para expansão do PROERD com a realização de cursos de formação de instrutores para as polícias militares de todos os Estados da Federação. Hoje existem sete Centros de Treinamentos em atividade, localizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Atualmente, o programa é aplicado em todos os Estados brasileiros.

Em suas páginas oficiais, as polícias militares do Brasil disponibilizam informações sobre as atividades do PROERD, que após ser implementado no Rio de Janeiro, foi incorporado no ano seguinte à rotina da força policial de São Paulo e do Distrito Federal, seguidos por Mato Grosso do Sul (1997); Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (1998); Acre e Santa Catarina (1999); Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rondônia, Roraima e Tocantins (2000); Ceará, Espírito Santo e Sergipe (2001); Alagoas, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará e Rio Grande do Norte (2002); Bahia (2003) e por último no Estado do Piauí no ano de 2004.

Conforme informações disponibilizadas pelo Centro de Capacitação e Prevenção Primária do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará – CCPP/PMPA, setor responsável pela coordenação geral do Programa no Estado, o Pará introduziu as práticas do PROERD no ano de 2002 nas cidades de Barcarena, Augusto Corrêa e Conceição do Araguaia, estando presente atualmente em 101 (cento e um) municípios paraenses, contando com o trabalho de 153 (cento e cinquenta e três) instrutores policiais militares atuantes, os quais formaram mais de 400.000 (quatrocentos mil) estudantes desde o início das atividades.

Ainda segundo o CCPP/PMPA, desde o início das atividades do PROERD no Estado do Pará foram realizados 15 (quinze) cursos de formação de instrutores e 16 (dezesseis) cursos de capacitação. O PROERD está sendo aplicado em 253 (duzentas e cinquenta e três) escolas no território paraense, das quais 43 (quarenta e três) estão localizadas na Região Metropolitana de Belém<sup>2</sup> e 210 (duzentas e dez) no interior do Estado.

---

<sup>2</sup> Conforme previsto na Lei Complementar Nº 76 de 28 de dezembro de 2011, são municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

### 1.3. Currículo de Formação dos policiais instrutores do PROERD

Segundo estudo dirigido por Paiva *et al.* (2018), a grade do Currículo Especial de Formação de Docência do PROERD, do quadriênio 2011-2014, está organizada em 9 módulos, a saber: 1) Psicologia da aprendizagem, 2) Didática, 3) Prevenção ao uso abusivo de drogas, 4) Toxologia, 5) Políticas públicas, 6) Desenvolvimento profissional do programa 7) Modelos de lições do PROERD, 8) Prática de ensino e 9) Doutrina de emprego policial – PROERD como atividade de segurança escolar.

### 1.4. Material didático - caindo na REAL

O material didático do PROERD, destinado aos estudantes do 5º e 7º ano é composto por dois livros, sendo utilizado um para cada série. O objetivo dos livros é trabalhar com os alunos estratégias e habilidades necessárias para o processo de tomada de decisão. Conforme esclarece Paiva *et al.* (2018), o próprio nome do material utilizado nas aulas já consiste em uma referência às estratégias do currículo:

**R:** Recusar (Não, eu não quero fazer algo);

**E:** Explicar (Dizendo por que eu não quero fazer algo);

**A:** Abster-se (Manter-me distante de situação na qual não quero me envolver);

**L:** Livrar-se (Sair de uma situação da qual não quero fazer parte).

Esse acrônimo consiste no mesmo utilizado no currículo *Middle School* (ensino fundamental) no D.A.R.E./USA, o qual ensina que o jovem tem quatro formas de recusar a oferta de drogas:

**R:** Refuse (Recusar); **E:** Explain (Explicar); **A:** Avoid (Evitar); **L:** Leave (Abandonar).

O material didático “Caindo na REAL” inicia com a “Mensagem do Policial” destinada aos pais dos estudantes. Essa mensagem objetiva informar que o PROERD consiste em um esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família que devem atuar juntas, a fim de evitar que os jovens ingressem no caminho das drogas. A mensagem é a seguinte:

Caríssimos Pais,

A escola de seu(ua) filho(a) participará do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a Escola e a Família. O Programa se destina a evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso abusivo das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciência para este problema e também para a questão da violência.

Para tanto, será utilizado o currículo PROERD “Caindo na REAL” que foi **projetado fundamentalmente na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (Socio-**

**Emotional Learning Theory – SEL**), oportunizando a identificação de habilidades básicas e fundamentais, bem como o processo de desenvolvimento do indivíduo, necessários à promoção da saúde, que incluem: autoconhecimento e autocontrole, tomada de decisão responsável, compreensão dos outros (alteridade), habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal, lidar com desafios e responsabilidades. Neste sentido, o currículo que se apresenta utiliza essa teoria para ensinar aos jovens como controlar seus impulsos e pensar nos riscos e consequências, o que resultará em escolhas mais responsáveis.

Acreditamos que se conseguirmos ensinar aos jovens a tomarem decisões seguras e responsáveis, eles serão capazes de fazer escolhas saudáveis não somente sobre drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas. Na medida em que os jovens forem educados para se tornarem cidadãos responsáveis, conseqüentemente conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas.

Ao final do Programa, os alunos ativos participarão de uma formatura com mensagens positivas, encenadas e cantadas. Nessa ocasião, receberão o “Diploma PROERD”. Gostaríamos muito que toda a família comparecesse nessa cerimônia. Oportunamente, os convites serão enviados.

Para participar da formatura e receber o certificado seu(ua) filho(a) precisa:

preencher corretamente o livro do estudante;

frequentar as aulas (máximo 2 faltas);

comportar-se bem durante as aulas, respeitando os combinados PROERD; escrever uma redação sobre sua própria experiência no PROERD, mostrando os novos conhecimentos para os outros estudantes;

manter-se seguro(a), saudável e responsável.

Estaremos com toda a comunidade durante o próximo semestre, na certeza que seu(ua) filho(a) será mais um diplomado PROERD e estará se unindo aos milhões de outros alunos PROERD em todo mundo que são capazes de fazer as melhores escolhas, de forma não impulsiva, de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas, além de manterem-se livre das drogas obtendo sucesso em todas as áreas de suas vidas.

(grifo do autor)

A teoria de Aprendizagem Socioemocional (*Socio-Emotional Learning Theory - SEL*), fundamento do currículo PROERD, conforme consta do texto acima transcrito, segundo Brackett e Rivers (2012), consiste no processo de integração de pensamento, sentimento e comportamento para que o sujeito tenha ciência de si mesmo e dos outros que estão à sua volta. Tal teoria deriva, em parte, de pesquisas sobre inteligência emocional, ou seja, a habilidade mental que está associada ao processamento e resposta às emoções.

O conceito de aprendizagem socioemocional foi formalmente desenvolvido há mais de 20 anos, sendo que no ano de 1994 um grupo de pesquisadores norte-americanos, com o objetivo de investigar o impacto da aprendizagem socioemocional na educação criou a *Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning - CASEL*, uma organização mundial que promove o aprendizado acadêmico, social e emocional integrado para todas as crianças da pré-escola até o ensino médio. Naquela época, as escolas e todo o sistema educacional estavam promovendo a prevenção sobre o uso de drogas e a violência, a educação moral e cívica, bem como a educação sexual (EDUCAÇÃO, 2018).

De acordo com sítio oficial da CASEL na *internet*, o grupo de pesquisadores identificou cinco competências associadas ao *Social and Emotional Learning*, conforme pode ser observada na Figura 1.

**Figura 1** - Roda de competências de aprendizagem social e emocional segundo CASEL.



Fonte: CASEL (2017).

1) Autoconsciência (*Self-awareness*): refere-se ao conhecimento dos seus pontos fortes e limitações, com um senso bem fundamentado de confiança, otimismo e uma "mentalidade de crescimento". Esse conhecimento permite reconhecer com precisão as próprias emoções, pensamentos e valores e como eles influenciam o comportamento, assim como avaliar com precisão os pontos fortes e as limitações de uma pessoa, com um senso bem fundamentado de confiança, otimismo e uma "mentalidade de crescimento".

2) Autogerenciamento (*Self-management*): diz respeito ao gerenciamento efetivo do estresse, controle de impulsos e motivação para estabelecer e atingir metas. A capacidade de regular com êxito as emoções, pensamentos e comportamentos em diferentes situações - gerenciando efetivamente o estresse, controlando impulsos e motivando-se. A capacidade de definir e trabalhar em direção a objetivos pessoais e acadêmicos.

3) Consciência social (*Social awareness*): consiste no entendimento de perspectivas de outras pessoas, assumindo empatia com elas, incluindo aquelas de diversas origens e culturas. A capacidade de entender normas sociais e éticas para o comportamento e reconhecer os recursos e apoios da família, da escola e da comunidade.

4) Habilidades de relacionamento (*Relationship skills*): refere-se a capacidade de se comunicar claramente, ouvir bem, cooperar com outras pessoas, resistir a pressões sociais inadequadas, negociar conflitos de forma construtiva e buscar e oferecer ajuda quando necessário. Essa capacidade favorece o estabelecimento e manutenção de relacionamentos saudáveis e gratificantes com diversos indivíduos e grupos.

5) Tomada de decisão responsável (*Responsible decision-making*): diz respeito a capacidade de fazer escolhas construtivas sobre comportamento pessoal e interações sociais com base em padrões éticos, segurança e normas sociais. Estas escolhas devem se sustentar na avaliação realista das consequências de várias ações e uma consideração do bem-estar de si e dos outros.

Esses princípios constituem a base que sustenta os fundamentos pedagógicos do PROERD. Para os mentores do programa, esse método representa a melhor maneira de ensinar os jovens a tomarem decisões consideradas prudentes com relação às drogas, para que possam se tornar cidadãos responsáveis para conduzirem suas vidas de forma mais produtiva e livre de vícios (PMMG, 2013).

## **1.5. Caracterização da Amostra**

Conforme detalhado no Item 6 do Capítulo 1, para subsidiar a presente pesquisa contou-se com a colaboração de 20 (vinte) policiais militares, instrutores do PROERD e 20 (vinte) professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos três anos.

Com relação aos policiais militares: A idade média é de 35,5 anos. Metade dos entrevistados possui até dez anos de serviço policial militar. 70% possuem formação universitária e 60% não possuíam qualquer experiência na área da educação, antes de atuarem como instrutores do PROERD. Com relação a patente há: 7 soldados, 6 cabos, 3 sargentos, 2 subtenentes, 1 aluno oficial e 1 major

Com relação aos professores: A idade média é de 47,6 anos. A média de experiência profissional é de 21 anos. 35% atuam no bairro Cabanagem (Belém-PA), 20% no bairro Benguí (Belém-PA), 15% no bairro Mangueirão (Belém-PA), 10% no bairro Coqueiro (Ananindeua-PA) e 20% núcleo Cidade Nova (Ananindeua-PA).

## 2. JUSTIFICATIVA

De acordo com Melo e Campos (2012), os índices alarmantes de violência veiculados nos meios de comunicação e em documentos oficiais do governo obrigam o setor público a adotar providências no sentido de modificar tal realidade. Nessa perspectiva, entendem que se faz necessário um trabalho efetivo e contínuo de prevenção entre os jovens que ainda não tiveram o primeiro contato com as drogas. No mesmo sentido, as descobertas de Telep e Weisburd (2012) destacam não apenas a importância de ações preventivas, mas entendem que a manutenção da ordem baseada tão somente no aumento de prisões, tem se revelado uma estratégia pouco eficaz para lidar com a violência.

Nesse contexto, segundo Rodrigues (2018), surge o PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que atua na tentativa de evitar o envolvimento de jovens com práticas ilícitas, em especial consumo/tráfico de drogas e prática de atos violentos.

Nas palavras de Domingues (2016), os oficiais que atuam como instrutores do D.A.R.E. foram treinados para replicar os ensinamentos aos jovens no interior de salas de aula e com isso estreitar os laços de confiança e proximidade com a comunidade. Devido a sua forma de aplicação, o Programa passou a ser implementado em outros 50 Estados norte-americanos e logo chegou a outros países, inclusive ao Brasil no ano de 1992 (DOMINGUES, 2016).

Partindo da premissa de que os investimentos públicos devem ser realizados de forma consciente e responsável por parte dos gestores públicos, desde o início dos anos 1990 vem sendo realizado nos EUA uma série de estudos a fim de avaliar a eficiência do D.A.R.E. (MORAES, 2017). Esses estudos, muitas vezes financiado pelo próprio governo federal, serviram para justificar (ou não) os vultosos investimentos destinados ao programa, que em pouco tempo passou a ser considerado o instrumento mais eficaz no combate preventivo às drogas (HANSON; ROSENBAUM, 1998).

Em meio ao cenário de pesquisas desfavoráveis relacionadas ao desempenho do D.A.R.E., o Departamento de Justiça Americano divulgou que no ano que 1991 a Universidade de Illinois publicou um estudo afirmando que a eficácia do D.A.R.E. na alteração do comportamento do uso de drogas por parte de estudantes não possuía comprovações científicas. Pesquisas como a de Lynam (1999), Miller (2001), West e O'Neal (2004), Brown (2011) e mais recentemente Steinberg (2015) contestam a eficiência do D.A.R.E. nos EUA e criticam a quantidade de recursos destinados ao programa.

O resultado desses estudos, conforme esclarece Shamblen *et al.* (2014), acarretou uma redução drástica no aporte financeiro destinado ao programa. O autor apresenta dados do U.S. Government Accountability Office (U.S.GAO) que demonstram que no ano de 2002, o D.A.R.E. possuía um orçamento anual de mais de US \$10 milhões, sendo que no ano de 2012, a cifra destinada foi para US \$3,5 milhões, redução que vem sendo mantida com o passar dos anos (GAO, 2013).

Silva e Gimenez-Paschoal (2010) destacam que, no Brasil, estudos voltados para análise da eficácia do PROERD são raros, de modo que em sua pesquisa não localizaram qualquer publicação relacionada ao assunto nas bases Scielo, Lilacs, Medline, Cochrane e Eric no ano de 2009, porém, ainda que escassos pesquisadores que se dedicaram ao estudo do tema são quase que unânimes em destacar que, assim como ocorre com o D.A.R.E. nos EUA, o PROERD não tem apresentado resultados satisfatórios (SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010).

Em pesquisa voltada para compreender o motivo que levou a Polícia Militar a se tornar responsável por implementar nas escolas públicas um programa de combate às drogas e à violência, Rateke (2006) evidencia que o PROERD é geralmente aceito de forma unânime pela sociedade. No entanto, sugere que o programa tem se mostrado ineficaz para seu propósito, assim como destaca a associação da violência, em especial no cenário urbano, com o precário investimento do Estado em políticas públicas eficientes, que geram consequências na educação, habitação, desemprego e saúde da população.

Rocha (2009), ao tentar demonstrar a necessidade da utilização de atividades preventivas no combate ao consumo de drogas, indicou que entre os jovens com idade compreendida entre dez e doze anos, residentes nas capitais brasileiras, 51,2% já experimentou álcool, 11% tabaco e 11,7% outras drogas ilícitas. O autor destaca que a prevenção deve focar suas ações na tentativa de diminuir a conquista de novos consumidores para o tráfico de drogas, não bastando somente impedir que a droga chegue até essas pessoas, mas também, fazer com que esses jovens, ao ter contato com o material ilícito, tenham o discernimento necessário para suportar os apelos da criminalidade. Esclarece ainda que iniciativas como o PROERD trabalham no resgate de valores e no fortalecimento da autoestima dos jovens, no entanto é necessário o envolvimento de outros setores da sociedade para que o programa alcance seus objetivos de maneira satisfatória.

Estudos realizados no Brasil também reforçam o entendimento das pesquisas pretéritas realizadas no país de origem do D.A.R.E., como é o caso do trabalho desenvolvido por Massardi e Silva (2013), que através de pesquisa de campo, analisaram os impactos do PROERD no

município de Ubá/MG. Para tal foram selecionados 3.886 alunos que cursaram o 5º ano em escolas da rede pública de ensino, no período de 2003 a 2006. Os pesquisadores dividiram os estudantes em dois grupos, sendo um composto por alunos que receberam aulas do PROERD (2.564) e outro formado por aqueles que não receberam tais ensinamentos (1.322), e após analisar os registros policiais, constataram que a diferença na quantidade de prisões entre ambos os grupos foi insignificante.

Estudo semelhante foi elaborado por Barboza e Alexandre (2013), os quais desenvolveram sua pesquisa na cidade de Sinop - MT, a fim de revelar as consequências advindas do PROERD naquela cidade. Chegaram à conclusão que o programa consiste em uma iniciativa válida da Polícia Militar, mas essas ações por si sós, não são capazes de garantir resultados satisfatórios, tornando-se necessário práticas que envolvam todos os atores sociais presentes no local em que são praticadas as ações preventivas.

Nesse contexto, é evidente a necessidade do estudo de práticas governamentais que destinam recursos públicos para programas sociais, cujo objetivo esteja voltado para o melhor convívio em coletividade, uma vez que os poucos recursos públicos devem ser investidos de maneira inteligente, no sentido de minimizar os custos e otimizar os resultados.

### **3. PROBLEMA**

Em meio aos programas de Segurança Pública vigentes em território nacional, encontra-se o PROERD, versão nacional do D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), criado pelo Departamento de Polícia de Los Angeles na Califórnia no ano de 1983, objetivando aplicar práticas de convencimento à estudantes e seus familiares acerca dos problemas advindos com o consumo de drogas (SHAMBLEN *et al.*, 2014). Por sua vez, Silva e Paschoal (2010) acrescentam que devido a sua metodologia preventiva e intervencionista aplicada no interior das escolas, o programa rapidamente tornou-se popular, não só nos Estados Unidos da América, mas em vários outros países, inclusive no Brasil.

De acordo com Miller (2001), a popularidade do programa e os robustos investimentos por parte do governo estadunidense, fizeram com que vários pesquisadores passassem a produzir conhecimento científico acerca da eficácia do D.A.R.E., a fim de constatar se o governo estava realmente investindo em uma prática eficiente. No entanto, com o passar dos anos e em razão do acúmulo de pesquisas com resultados desfavoráveis, o programa foi perdendo força e incentivos, em especial o aporte financeiro viabilizado pelo setor público.

Em sentido contrário aos resultados apresentados, no Brasil o PROERD, vem se expandindo com o passar dos anos, sendo reconhecido por autoridades e pela comunidade, como importante ferramenta de prevenção no combate ao consumo e tráfico de drogas (DOMINGUES, 2016).

Um dos primeiros estudos de grande repercussão a abordar a presença de policiais militares atuando como educadores no interior das escolas foi capitaneado por Ennett *et al.* (1994), o qual, através de uma meta-análise, concluiu que os efeitos positivos produzidos pelo D.A.R.E. estiveram muito abaixo do esperado. Fato que não justificaria a grande popularidade que o programa alcançou e os altos investimentos que lhe foram destinados.

Ennett *et al.* (1994) comparou aleatoriamente amostras selecionadas na cidade de São Paulo-SP. As amostras foram obtidas a partir de 25 escolas que implementaram o PROERD, totalizando 1677 alunos que participaram do programa, e 25 escolas que não implementaram o PROERD, totalizando 1.388 alunos que não participaram do programa. Os resultados apontaram pouca diferença entre os grupos, o que implicou haver pouco suporte científico para garantir a eficácia do programa educacional durante os 4 anos de estudo.

Os resultados dessa pesquisa foram ratificados por Clayton, Cattarello e Johnstone (1996), que chegaram a conclusões muito semelhantes, ao demonstrarem que atitudes negativas em relação ao uso de drogas apresentam um padrão complexo de associação, o que dificulta a afirmação de que somente uma variável (programa de prevenção, por exemplo) seja capaz de combatê-los. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores selecionaram alunos da 6ª série das escolas públicas do condado de Lexington-Fayette, comunidade com uma população de cerca de 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil) habitantes, localizada no centro Kentucky, Estado norte americano situado na região sudeste do país.

Nesse mesmo diapasão Hanson e Rosenbaum (1998) apresentaram o D.A.R.E. como sendo o programa educacional escolar mais popular nos EUA, presente em 70% das escolas nacionais, tendo alcançado 25 milhões de estudante no ano de 1996. Os pesquisadores realizaram o acompanhamento de alunos do quinto ao sexto ano por meio de um experimento randomizado e ao final do estudo concluíram que o D.A.R.E. tem sido incapaz de apresentar efeitos relevantes sobre a prevenção ao uso de drogas de modo que os efeitos positivos foram quase insignificantes e de curta duração, não representando impacto significativo na vida dos jovens.

Merece destaque a pesquisa de Bravo (2002), que apresentou o fenômeno do consumo de drogas como algo de extrema complexidade, o qual exige um instrumento estatal de combate

igualmente complexo, devendo as instituições públicas atuarem de maneira conjunta, sob o risco de iminente fracasso caso tentem apresentar soluções simples para o problema. Corroborando com esse entendimento, Linhares (2006) assevera que o tráfico de entorpecentes se assemelha a uma empresa legal, no que tange aos preceitos formais de economia e de mercado, de sorte que as etapas do tráfico são, em linhas gerais, produção, distribuição e base financeira.

Portanto, diante do cenário apresentado em que vários estudos contestam as práticas e resultados apresentados pelo programa educacional em análise, o questionamento norteador dessa pesquisa visa esclarecer se, na perspectiva de professores e instrutores, os fundamentos do PROERD estão de fato sendo aplicados durante a execução das atividades do programa na Região Metropolitana de Belém e se há possibilidade razoável de saneamento dos problemas indicados durante as oitivas da amostra selecionada.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. Objetivo Geral**

Revelar os principais problemas enfrentados para a efetivação do PROERD nas escolas da Região Metropolitana de Belém, de acordo com o ponto de vista dos policiais militares que atuam como instrutores do programa e professores cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos três anos;

### **4.2. Objetivos Específicos**

Apresentar as características profissionais de policiais militares, pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará, que atuam como instrutores do PROERD;

Apresentar as características profissionais de professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos três anos;

Sugerir propostas exequíveis, capazes de contribuir para o saneamento da problemática apresentada.

## 5. REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme esclarece Brito (2017), o uso indevido de substâncias entorpecentes tem sido uma preocupação para o Estado e para a sociedade em geral desde o início dos tempos. O assunto toma repercussão em virtude dos seus efeitos econômicos, sociais e judiciais, além dos efeitos na saúde física e mental do indivíduo, já que pode levar a dependência química e psíquica.

Rocha (2009) discute a importância de práticas preventivas de enfrentamento ao consumo de drogas por parte de crianças e adolescentes. Entende que o quadro social exige ações proativas do Estado, visto que a repressão ao tráfico de drogas não tem se mostrado eficaz, pois o consumo de entorpecentes tem aumentado e suas redes de distribuição vêm sendo aprimoradas e estabelecidas em várias cidades da nação, não só nos grandes centros urbanos, como há tempos se via.

Nessa perspectiva de ações proativas do Estado e da participação da sociedade na solução de conflitos, Salm, Menegasso e Ribeiro (2007) apresentam o conceito de “Coprodução do bem público” como sendo o envolvimento do cidadão nos processos de elaboração, desenho, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas ao interesse público e, em última instância, à construção do bem comum. Nesse contexto, os pesquisadores concluíram que o PROERD representa um caso de Coprodução do bem público, uma vez que, pais, professores, servidores e crianças estão engajados na construção de uma sociedade mais justa, com comportamentos positivos frente a desafios como drogas e violência.

Conceito muito semelhante é o de “Sistema de Responsabilidade”, que nas palavras de Brown (2011) vem sendo muito utilizado em alguns Estados norte-americanos e consiste em um programa de gerenciamento de recursos (públicos ou privados), que funciona como uma espécie de ferramenta destinada à análise da relação custo/benefício dos programas de intervenção. Trata-se de uma forma de verificação de como está sendo utilizado o dinheiro que é destinado ao bem público.

Brown (2011) assevera que esse sistema valoriza programas baseado em evidências, pois os recursos devem ser investidos em práticas com comprovada eficiência, o que não vem ocorrendo com o D.A.R.E., o que justificaria a diminuição de investimento neste programa. Os autores esclarecem que com a escassez de recursos públicos, o setor privado pode orientar e subsidiar determinadas práticas estatais com base na sua experiência de mercado, a fim de garantir o bem-estar da coletividade.

Nesse sentido, Barboza e Alexandre (2013) analisaram os resultados alcançados pelo PROERD, após sua implementação nas escolas pública de Sinop – MT. Os pesquisadores concluíram que o ambiente escolar é um espaço propício para serem abordados temas como drogas e violência, no entanto o programa necessita pautar suas ações com maior ênfase na participação familiar, no corpo docente das unidades de ensino, em outros órgãos do governo e em outros atores sociais, ou seja, deve atuar em conjunto com a sociedade em geral. Esclarecem que a ação isolada da Polícia Militar tem contribuído para a baixa efetividade do programa naquele município.

Em sentido oposto, Hart (2014) entende que o policial é frequentemente indicado a educar o público sobre drogas, no entanto há registro de poucas iniciativas com efeitos positivos. De acordo com o autor, os policiais são treinados para capturar criminosos, prevenir e detectar crimes em nome da ordem, não são treinados em farmacologia, psicologia ou ciências comportamentais para entenderem a interação do usuário e o seu meio.

Coelho e Monteiro (2017) entendem que ao definir uma abordagem educativa sobre o uso de drogas é necessário indagar que tipo de jovens se deseja formar: sujeitos emancipados intelectualmente e capazes de indagar o sistema político, que atendam à democracia e busquem melhorias para a sociedade ou estudantes que reproduzam mitos e julgamentos equivocados, pré-estabelecidos culturalmente? Os pesquisadores questionam os fundamentos teórico-metodológicos das propostas educativas que vêm sendo implementadas, como as que o PROERD utiliza.

Neste sentido, merece destaque a falta de efetividade de ações centradas no amedrontamento, caracterizada pelo discurso “antidrogas” (HART, 2014). Acselrad (2015), por sua vez, realiza crítica quanto a abordagem do combate ao consumo de drogas dentro do espaço escolar, afirmando que “o adestramento não pressupõe uma reflexão inteligente; é simples resposta automática, deixando a pessoa indefesa diante do acaso, dos imprevistos que são recorrentes” (ACSELRAD, 2015, p. 17).

Segundo Coelho e Monteiro (2017), existem ainda uma série de outros autores, como Midford *et al.* (2014) e Moffat, Haines-Saah e Johnson (2017), que são igualmente críticos ao enfoque proibicionista e punitivo nas proposições educativas sobre drogas, que buscam informar de forma assustadora. Conforme Coelho e Monteiro (2017), esses autores enfatizam a importância em se compreender que o consumo de drogas faz parte da realidade humana, devendo-se considerar as diversidades e as singularidades socioculturais envolvidas.

Segundo Acselrad (2015), o discurso mais coerente a ser utilizado nas escolas não deveria ser o de proibir o consumo de drogas, mas sim o de focar e minimizar as consequências de seu consumo abusivo, estabelecendo-se como meta das ações educativas não apenas a interrupção do uso e sim alternativas de apropriação consciente, sendo uma possibilidade para se trabalhar os riscos advindos do consumo de drogas, a identificação das associações entre seus diversos componentes, como consumo de álcool e acidentes de trânsito ou consumo de drogas injetáveis e aumento da vulnerabilidade ao vírus da Aids.

Neste sentido, conforme Coelho e Monteiro (2017), o que se espera de uma educação preventiva é preferencialmente uma abordagem centrada na aprendizagem social de valores, atitudes e limites, tendo em vista que o uso indevido de drogas faz parte da vida cotidiana dos escolares (BRASIL, 2014, 2016; CEBRID, 2006, 2010). Devendo prevalecer, portanto, uma visão integrada de educação que auxilie na democratização e emancipação dos sujeitos, capaz de contemplar diferentes campos disciplinares.

## **6. METODOLOGIA**

### **6.1. Participantes**

Contribuíram com o estudo 20 (vinte) policiais militares, pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará e que atuam na condição de instrutores do PROERD, e 20 (vinte) professores da rede pública de ensino cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos três anos.

Além dos participantes entrevistados, contribuíram para realização desta pesquisa o chefe do Centro de Capacitação e Prevenção Primária do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Pará – CCPP/PMPA, o qual forneceu informações relevantes referentes aos cursos realizados para formação e capacitação de instrutores do PROERD, bem como a quantidade de estudantes atendidos, além da relação das escolas que participam do programa.

### **6.2. Ambiente**

Atualmente o PROERD é aplicado em 253 (duzentas e cinquenta e três) escolas no Estado do Pará, sendo que 43 (quarenta e três) estão localizadas na Região Metropolitana de

Belém e 210 (duzentas e dez) no interior do Estado. Para a realização deste estudo foram adotados os seguintes critérios de escolha das unidades de ensino: a) Ter participado do PROERD, no mínimo, nos últimos três anos; b) Estar localizada em área com consideráveis índices de violência; c) Pertencer à rede estadual de ensino; e d) Haver aquiescência da direção da escola e dos professores que seriam entrevistados.

Os professores foram entrevistados nas respectivas unidades de ensino em que atuam, quais sejam: EEEFM Waldemar Henrique-CAIC (Belém-PA), EEEFM Maria Luiza da Costa Rego (Belém-PA), EEEFM Panorama XXI (Belém-PA), EEEF Gaspar Vianna (Ananindeua-PA) e EEEFM Oneide de Souza Tavares (Ananindeua-PA). Os policiais militares foram entrevistados nas dependências do quartel do comando geral da instituição.

### **6.3. Instrumentos**

#### **6.3.1. Roteiro de entrevista destinado aos policiais militares (Anexo A):**

Composto por 19 (dezenove) quesitos, divididos em dois grupos, sendo que as cinco perguntas iniciais objetivam caracterizar o sujeito mediante informações de cunho pessoal e profissional, as demais visam identificar a percepção do instrutor acerca das atividades inerentes ao PROERD, levando em consideração aspectos relacionados ao curso de formação de instrutores; participação dos estudantes, família e do corpo docente das escolas; e indicação das principais dificuldades enfrentadas para a execução das atividades. Ao final da entrevista foi destinado um espaço para que o entrevistado emitisse sugestões e/ou críticas julgadas oportunas.

#### **6.3.2. Roteiro de entrevista destinado aos professores (Anexo B):**

A parte inicial desse roteiro objetivou caracterizar o indivíduo através de informações de cunho profissional e pessoal. Os 14 (quatorze) quesitos seguintes foram formulados com a intenção de captar a percepção dos entrevistados sobre os objetivos do programa e a presença dos policiais nas escolas, bem como identificar o nível de envolvimento desses profissionais no processo educacional proposto pelo PROERD. Ao final da entrevista foi destinado um espaço para que o entrevistado emitisse sugestões e/ou críticas julgadas oportunas.

#### 6.4. Procedimentos

O estudo respeitou as normas de pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a Resolução nº510/2016, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram esclarecidos sobre os procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, e tiveram a garantia do sigilo quanto a suas informações pessoais via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C). Os procedimentos adotados foram devidamente analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, de acordo com o parecer Nº 3.205.409.

Para a coleta de dados, inicialmente, estabeleceu-se contato com o comando da Polícia Militar do Pará e com os responsáveis das escolas selecionadas, para obtenção de autorização para acessar informações desses órgãos e consulta a seus servidores. Em seguida obteve-se a relação dos policiais militares que estavam atuando como instrutores do PROERD na Região Metropolitana de Belém para então selecionar os indivíduos que participariam da pesquisa.

Quanto aos professores da rede pública de ensino, preliminarmente foram selecionadas 16 (dezesseis) escolas que participam do PROERD e estão localizadas em áreas com índices de criminalidade elevados<sup>3</sup>. Após a seleção inicial, foi mantido contato com a diretoria das escolas, a fim de obter autorização para a realização das entrevistas, bem como a cessão de uma sala reservada, para se garantir a privacidade durante a coleta das informações e permitir que os entrevistados pudessem se sentir mais confortáveis para emitir suas opiniões. Destaca-se que das escolas selecionadas, em 5 (cinco) não se obteve retorno da diretoria, em 3 (três) não houve autorização por parte da direção e em 3 (três) alegou-se não haver sala disponível para que as entrevistas pudessem ser realizadas.

Para participar da pesquisa exigiu-se que o professor atuasse na rede pública de ensino, que seus alunos estivessem participando ou tivessem participado das aulas do PROERD nos últimos três anos, prestasse as declarações de forma voluntária e atuasse na Região Metropolitana de Belém.

Os roteiros serviram de base para o desenvolvimento do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, permitindo-se a livre manifestação de opiniões com o objetivo de coletar o máximo de informações acerca da percepção dos interlocutores sobre os temas abordados, para então realizar uma análise minuciosa do material coletado.

---

<sup>3</sup> De acordo com o “Diagnóstico Criminal de Homicídio e Roubos”, elaborado em janeiro de 2020 pelo Centro de Inteligência da PMPA, as escolas selecionadas estão localizadas em bairros que apresentaram índices consideráveis quanto ao número de homicídios e roubos no ano de 2020.

Superada essa fase inicial de seleção dos indivíduos, foram realizadas as entrevistas propriamente ditas, as quais seguiram um roteiro semiestruturado a fim de permitir a construção do perfil profissional e pessoal dos sujeitos, bem como registrar seus pontos de vista acerca das atividades desenvolvidas no programa educacional em análise.

Os dados coletados receberam tratamento quantitativo e qualitativo, que nas palavras de Goldenberg (2004), consiste no fato de o pesquisador voltar sua atenção não apenas para a representatividade numérica do grupo estudado, mas com o aprofundamento da compreensão daqueles sujeitos, que são objeto da pesquisa.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1<sup>4</sup>

### **CARACTERIZAÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS EM PRÁTICAS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: policiais militares e professores**

Jeanderson da Silva Saraiva  
Simone Souza da Costa Silva  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

#### **Resumo**

Programas de combate à criminalidade sejam de caráter preventivo ou repressivo, são importantes ferramentas utilizadas para suprir os anseios sociais e garantir uma vida em coletividade mais harmônica. Nesse contexto, se faz necessário o estudo de práticas governamentais que destinam recursos públicos para programas sociais, uma vez que o erário deve ser investido de maneira inteligente, com o intuito de se minimizar os custos e otimizar os resultados. Dessa forma, a presente pesquisa objetiva apresentar as características profissionais de policiais militares, pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará, que atuam como instrutores do PROERD, assim como de professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD, e a partir dessas informações indicar ajustes necessários para potencializar os resultados apresentados atualmente. Consoante a esses objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa permitiu identificar importantes características referentes ao perfil da amostra analisada, o que consiste em uma ferramenta de grande utilidade para os gestores públicos, responsáveis pela aplicação do programa, uma vez que, conhecendo-se os agentes envolvidos no processo, se torna possível identificar os problemas e conseqüentemente, potencializar os efeitos positivos do programa.

**Palavras-chaves:** PROERD; Programas Sociais; Polícia Militar; Perfil.

#### **Abstract**

Programs to combat crime, whether preventive or repressive, are important tools used to meet social concerns and ensure a more harmonious life in the community. In this context, it is necessary to study government practices that allocate public resources to social programs, since the purse should be invested intelligently, in order to minimize costs and optimize results. Thus, this research aims to present the characteristics of military police officers, belonging to the Pará State Military Police force, who act as PROERD instructors, as well as teachers who perform their activities in the public school system in the metropolitan region of Belém, and from this information indicate possible adjustments necessary for program optimization. According to the proposed objectives, a vast bibliographical research was carried out about the theoretical and historical foundation of PROERD and later a field research with quantitative approach of the collected data. The research allowed us to identify important characteristics regarding the profile of the sample analyzed, which is a useful tool for public managers responsible for the

---

<sup>4</sup> Este capítulo possui dois artigos, os quais obedecem às normas da Revista Análise Social ISSN 0003-2573 (versão impressa), *Qualis* A2 (ANEXO E). Uma das exigências de adequação do manuscrito é a inserção das figuras ao final do texto, no entanto, para fins didáticos as figuras serão preservadas em seu local original.

application of the program, since knowing the agents involved in the process makes it easier to identify and remedy possible problems encountered and consequently enhance the positive effects of the program.

**Keywords:** PROERD; Social Programs; Military Police; Profile.

## 1. Introdução

A segurança de um Estado moderno deve atuar em dois sentidos: para o exterior, dirigindo-se às guerras com outros Estado e para o interior, estabelecendo a paz frente a ameaça da guerra civil, sendo que conforme Augusto (2011), à polícia cabe atuar nessa segunda vertente. No entanto, em que pese tal responsabilidade, as forças militares estaduais não devem ser entendidas somente como forças de repressão, já que também possuem a função de zelar pela saúde moral dos cidadãos, apontando sua utilidade dentro do que Foucault chamou de biopolítica<sup>5</sup>.

Nesse sentido, de acordo com Paiva *et al.* (2018), emerge um novo desdobramento que clama por segurança, que extrapola os limites da repressão policial, expandindo a função da polícia e lhe atribuindo novas nomenclaturas, como por exemplo: Polícia Comunitária, Polícia de Aproximação, Polícia Cidadã ou Polícia Pacificadora. Essa nova forma de atuação policial está amparada em valores de paz de uma sociedade que almeja alcançar a tal paz social.

Foi a partir desse cenário que, no ano de 2002, a Polícia Militar do Estado do Pará passa a implementar as atividades do Programa Educacional de Resistência à Drogas e à Violência (PROERD), que por intermédio da Resolução Ministerial Nº 025/2002, foi considerado parceiro estratégico para o desenvolvimento de ações primárias de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas, no âmbito do Sistema Nacional Antidroga (SISNAD).

De acordo com Rateke (2006) o PROERD originou-se do *Drug Abuse Resistance Education - D.A.R.E.*, resultado da parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles, nos Estados Unidos e o Distrito Escolar daquela cidade, a fim de conter o crescente aumento do uso indiscriminado de drogas e da prática de atos violentos. Segundo a autora, o currículo D.A.R.E. foi, em um primeiro momento, aplicado na cidade de Los Angeles no ano de 1983, às crianças da quinta série, com aproximadamente onze anos de idade.

---

<sup>5</sup> Segundo Bertolini (2019), biopolítica refere-se a um conjunto de técnicas de poder que incide sobre o corpo coletivo de determinada população para torná-la mais vigorosa e produtiva.

Tasca (2010) indica que as aulas do PROERD em escolas públicas e privadas são realizadas no interior das salas de aula por um policial militar fardado e devidamente capacitado para este fim. Assim, apenas a presença do policial é capaz de inibir possíveis situações de incentivo ao uso de drogas ou práticas violentas, além de desconstruir a imagem distorcida que algumas crianças possuem do policial (VIEIRA, 2018).

O PROERD, portanto, consiste em uma ação conjunta da Polícia Militar, através de policiais capacitados para atuarem como instrutores; da escola, por meio de professores, especialistas e estudantes; e família, representada pelos pais e pela comunidade de modo geral. Todos esses atores devem atuar em conjunto, no sentido de evitar o consumo de drogas e a prática de atos violentos por parte dos jovens (MENDONÇA, 2019).

De acordo com o Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025 – PEPMPA, o PROERD passou a ser considerada uma das estratégias adotadas pela instituição para reduzir os índices de violência e para bloquear a dinâmica de recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas. Métodos pedagógicos educacionais, assim como o emprego de pessoal treinado representam os suportes para o convencimento dos alunos que participam do programa.

Portanto, a presente pesquisa objetiva identificar e caracterizar o perfil profissional de policiais militares, assim como de professores que atuam na Região Metropolitana de Belém/PA e que participam das atividades do PROERD, nos últimos 3 anos. Desse modo, o estudo poderá contribuir para o saneamento de eventuais incongruências apresentadas, bem como subsidiar futuras pesquisas relacionadas ao tema, sobretudo no Estado do Pará.

## **2. Método**

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de campo, que nas palavras de Andrade (2010), consiste no levantamento de dados, mediante entrevistas, questionários, testes, observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente na coleta de dados e no registro destes, presumivelmente para posteriores análises e interpretações.

Utilizou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, que segundo Oliveira (1997), preocupa-se com a quantificação das informações, utilizando-se de recursos e técnicas estatísticas. Tal abordagem é muito utilizada em pesquisas descritivas em que se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis ou pesquisas conclusivas.

A amostra é representada por 20 (vinte) policiais militares instrutores do PROERD, que atuam nos municípios de Belém e Ananindeua, localizados na Região Metropolitana de Belém<sup>6</sup>. Também contribuíram para a realização desta pesquisa, 20 (vinte) professores da rede pública de ensino, cujos alunos participam ou participaram das atividades do PROERD nos últimos 3 anos.

Para alcançar os objetivos almejados, preliminarmente, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a fundamentação teórica e histórica do PROERD. A partir de então, buscou-se informações junto ao Centro de Capacitação e Prevenção Primária da Polícia Militar do Estado do Pará (CCPP)<sup>7</sup>. Ato contínuo, foi dado início à pesquisa de campo propriamente dita, que se deu através de entrevistas, guiadas por um roteiro semiestruturado, a fim de garantir a autenticidade das respostas, bem como manter o entrevistado à vontade para responder os quesitos sem interferências ou pressões externas.

Insta destacar que o estudo respeitou as normas de pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a Resolução N°510/2016, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, bem como todos os procedimentos adotados foram devidamente analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, de acordo com o parecer N° 3.205.409.

### **3. Resultados da Pesquisa**

De acordo com Relatório Técnico elaborado pelo Centro de Capacitação e Prevenção Primária da Polícia Militar do Estado do Pará (CCPP)<sup>8</sup>, foram realizados 15 (quinze) cursos para formação de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência desde a sua implementação no Estado. Ainda conforme dados obtidos no Relatório Técnico, consta que foram formados 385 (trezentos e oitenta e cinco) instrutores, dos quais 153 (39,74%) encontram-se exercendo suas atividades voltadas ao programa e 232 (60,26%) estão desempenhando outras funções, alheias aos trabalhos desenvolvidos no programa educacional.

---

<sup>6</sup> Conforme previsto na Lei Complementar N° 76 de 28 de dezembro de 2011, são municípios que compõe a Região Metropolitana de Belém: Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

<sup>7</sup> O Centro de Capacitação e Prevenção Primária foi criado pela Lei Complementar N°093/2014. É unidade de apoio subordinada à Diretoria de Polícia Comunitária da PMPA, responsável pela execução das ações preventivas e educacionais de resistência às drogas e à violência.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br>.

### 3.1. Características dos policiais militares, instrutores do PROERD

Conforme esclarece Rateke (2006), a habilitação do policial militar como instrutor do PROERD é realizada após uma seleção, que leva em consideração alguns critérios, como por exemplo: ter no mínimo 2 (dois) anos de serviço em atividade-fim<sup>9</sup> da Corporação; possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais; ter um bom comportamento; ter facilidade de expressar-se verbalmente e não ser dependente de nenhuma droga (lícita ou ilícita).

De acordo com o Manual de Facilitação para o Instrutor do PROERD, o currículo do programa apresenta o policial militar como um facilitador e um mediador do processo de aprendizagem, instigando e incentivando os alunos a construir novos conhecimentos, além de valorizar e priorizar as discussões propostas no ambiente escolar pelos próprios alunos (Proerd, 2004).

Pelo exposto, fica evidente a necessidade de se analisar as características dos policiais militares que atuam como instrutores do PROERD, uma vez que dessa análise pode-se extrair informações capazes de otimizar os objetivos propostos pela administração estadual. As informações expostas na Tabela 1 foram coletadas durante as entrevistas, que após serem transcritas e devidamente analisadas, foram organizadas, para uma melhor compreensão dos dados obtidos.

**Tabela 1** - Informações dos instrutores do PROERD da Polícia Militar do Pará, pertencentes à amostra, em relação à hierarquia, em 2019.

Nº	Patente	Idade (Em anos)	Tempo de serviço (Em anos)	Tempo como instrutor (Em anos)	Escolaridade	Experiência prévia na docência
1	Soldado	29	2	1	Sup. Completo	Não
2	Soldado	22	2	1	Médio Completo	Não
3	Soldado	30	5	2	Médio Completo	Sim
4	Soldado	27	6	5	Sup. Completo	Não
5	Soldado	27	6	5	Médio Completo	Não
6	Soldado	28	5	1	Sup. Completo	Não
7	Soldado	27	2	1	Sup. Completo	Não
8	Cabo	31	10	2	Médio Completo	Sim

<sup>9</sup> O Art. 1º da Lei Complementar Nº 53/2006 define a Polícia Militar do Estado do Pará como instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinada ao Governador do Estado, cabendo-lhe a polícia ostensiva e preservação da ordem pública, atividade-fim da corporação, para a incolumidade das pessoas e patrimônio.

**Tabela 1** - Informações dos instrutores do PROERD da Polícia Militar do Pará, pertencentes à amostra, em relação à hierarquia, em 2019 (continuação).

Nº	Patente	Idade (Em anos)	Tempo de serviço (Em anos)	Tempo como instrutor (Em anos)	Escolaridade	Experiência prévia na docência
9	Cabo	34	10	2	Pós-Graduação	Sim
10	Cabo	38	14	6	Sup. Completo	Não
11	Cabo	35	11	1	Sup. Completo	Sim
12	Cabo	31	11	7	Sup. Completo	Sim
13	Cabo	36	9	2	Sup. Completo	Não
14	Sargento	44	26	1	Médio Completo	Sim
15	Sargento	50	28	4	Médio Completo	Não
16	Sargento	47	25	2	Sup. Completo	Não
17	Subtenentes	50	27	14	Sup. Completo	Sim
18	Subtenente	49	30	16	Sup. Completo	Não
19	Aluno Oficial	34	11	6	Sup. Completo	Não
20	Major	42	20	16	Sup. Completo	Sim

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

De acordo com os dados apresentados, a idade média dos entrevistados é de 37,06 anos. Metade tem até 10 anos de serviço como policial militar e 17 (85%) possuem menos de 10 anos atuando como instrutor do PROERD. Importante destacar que 14 (70%) possui formação universitária e 12 (60%) informaram que não possuíam qualquer experiência na docência, antes de participar do programa educacional em análise.

Ainda com relação à formação acadêmica dos policiais militares 4 (28,59%) é graduado somente em pedagogia, 2 (14,29%) somente em Biologia, 1 (7,14%) em Direito, Administração e Teologia, 1 (7,14%) em Direito e História, 1 (7,14%) em Direito e Administração, 1 (7,14%) em Pedagogia e Teologia, 1 (7,14%) em Biologia e Pedagogia, 1 (7,14%) somente em Direito, 1 (7,14%) somente em Matemática e 1 (7,14%) somente em Administração.

No que diz respeito à patente dos entrevistados, tem-se que: 7 (35%) são soldados, 6 (30%) cabos<sup>10</sup>, 3 (15%) sargentos, 2 (10%) subtenentes, 1 (5%) aluno oficial e 1 (5%) major. Observa-se que quanto maior o posto ou graduação do policial militar, menor é a representatividade no quadro de instrutores da instituição.

Insta destacar que, de acordo com a Lei Estadual Nº 5.251 (Estatuto dos policiais militares do Estado do Pará), os postos da PMPA estão organizados da seguinte forma: coronel, tenente coronel, major, capitão, 1º tenente, 2º tenente, aspirante a oficial, aluno oficial, subtenente, 1º sargento, 2º sargento, 3º sargento, cabo e soldado.

<sup>10</sup> Conforme previsto no art. 40 da Lei Estadual Nº 5.251 de 31 de julho de 1985, os Cabos e Soldados da PMPA são essencialmente os elementos de execução das atividades policiais.

No que diz respeito ao tempo de atuação na Polícia Militar, ficou evidenciado que: 5 (25%) têm menos de cinco anos de serviço; 5 (25%) atuam na corporação em um período compreendido entre 6 e 10 anos; 4 (20%) atuam na corporação em um período compreendido entre 11 e 15 anos; 2 (10%) atuam na corporação em um período compreendido entre 16 e 25 anos; e 4 (20%) atuam na corporação em um período compreendido entre 26 e 30 anos.

### 3.2. Características dos professores que atuam na rede pública de ensino da Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos 3 (três) anos

Por meio das informações obtidas mediante entrevistas dos professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, coletou-se algumas informações que contribuíram para a caracterização desses profissionais, conforme é demonstrado a seguir.

**Tabela 2** - Informações dos professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, pertencentes à amostra, no ano de 2019.

Nº	Escola	Bairro (RMB)	Idade (Anos)	Tempo de docência (Anos)	Disciplina
1	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	31	21	Matemática
2	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	51	27	Artes
3	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	42	24	Português
4	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	44	25	Geografia
5	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	31	14	Inglês
6	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	34	37	História
7	EEEFM Waldemar Henrique - CAIC	Cabanagem	30	26	História
8	EEEFM Maria Luiza da Costa Rego	Benguí	27	10	História
9	EEEFM Maria Luiza da Costa Rego	Benguí	49	10	Ciências
10	EEEFM Maria Luiza da Costa Rego	Benguí	36	29	Ens. Religioso
11	EEEFM Maria Luiza da Costa Rego	Benguí	34	25	Geografia
12	EEEFM Panorama XXI	Mangueirão	29	24	História
13	EEEFM Panorama XXI	Mangueirão	22	12	Matemática
14	EEEFM Panorama XXI	Mangueirão	27	12	Português
15	EEEF Gaspar Vianna	Coqueiro	47	29	Matemática
16	EEEF Gaspar Vianna	Coqueiro	27	5	Português
17	EEEFM Oneide de Souza Tavares	Cidade Nova	28	23	Geografia
18	EEEFM Oneide de Souza Tavares	Cidade Nova	50	22	Matemática
19	EEEFM Oneide de Souza Tavares	Cidade Nova	38	27	Ciências
20	EEEFM Oneide de Souza Tavares	Cidade Nova	35	17	Português

Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

As informações expostas indicam que foram entrevistados professores em cinco escolas da Região Metropolitana nos municípios de Belém (Bairros da Cabanagem, Benguí e Mangueirão) e Ananindeua (Bairros do Coqueiro e Cidade Nova), as quais estão localizadas em áreas com consideráveis índices de criminalidade, de acordo com o “Diagnóstico Criminal de Homicídio e Roubos”, elaborado em janeiro de 2020 pelo Centro de Inteligência da PMPA<sup>11</sup>.

Quanto à idade dos entrevistados, extrai-se que: 1 (5%) tem idade compreendida entre 25 e 35 anos; 6 (30%) têm idade compreendida entre 36 e 45 anos; 10 (50%) tem idade compreendida entre 46 e 55 anos; e 3 (15%) têm idade compreendida entre 56 e 65 anos. Os dados revelam que a idade média dos professores entrevistados é de 47,6 anos.

Com relação à experiência na docência, verifica-se que: 1 (5%) atua como professor a mais de 5 e menos de 9 anos; 5 (25%) exercem a profissão entre 10 e 14 anos; 6 (30%) entre 15 e 24 anos; e 8 (40%) atuam na docência entre 25 e 39 anos. O grupo em análise tem uma média de 21 anos de experiência profissional.

#### **4. Considerações Finais**

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) tem por objetivo a prevenção ao uso de drogas e prática de atos violentos entre crianças em idade escolar e envolve quatro atores fundamentais: a polícia, a escola, a família e a comunidade. Consiste em desenvolver práticas de valorização à vida, conscientizando jovens sobre a importância de manterem-se longe das drogas e violência.

O presente estudo apresentou características de representantes de dois importantes atores envolvidos no programa educacional em análise: a polícia e a escola. Para tanto foram entrevistados policiais pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Estado do Pará, que atuam como instrutores do PROERD, assim como de professores que exercem suas atividades na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das atividades do PROERD nos últimos três anos.

Destaca-se que para o policial militar poder atuar como instrutor do PROERD deve atender a alguns requisitos (conforme disposto no item 3.1), dentre eles: ter no mínimo dois anos de serviço na atividade-fim da corporação e possuir experiência e/ou formação em atividades educacionais. No entanto, após análise dos dados obtidos, percebe-se que 10% dos

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.pm.pa.gov.br>.

entrevistados, está apenas há 2 anos na corporação e há 1 ano atuando como instrutores do programa. Além disso, 60% da amostra não possui qualquer experiência pretérita na docência ou é detentora de formação educacional, o que conflita com os requisitos exigidos, conforme demonstrado alhures.

As divergências entre os requisitos exigidos para o ingresso do policial militar no quadro de instrutores do PROERD e o que foi apresentado na prática, podem acarretar entraves para o alcance dos objetivos almejados pelo programa educacional em estudo, motivo pelo qual, sugere-se a adoção de critérios mais rigorosos para a seleção desses instrutores.

Espera-se que as informações constantes nesta pesquisa possam contribuir para a realização de estudos futuros, bem como otimizar as ações desenvolvidas pela Polícia Militar do Pará quando da execução do PROERD, uma vez que com a devida caracterização dos agentes envolvidos, poder-se-á identificar e posteriormente sanar ações prejudiciais ao programa, para então otimizar os resultados desejados.

## 5. Referências Bibliográficas

- Andrade, M. M. (2010). Introdução à Metodologia do trabalho Científico. 10ª edição. São Paulo. Atlas.
- Augusto, A. (2011). Escola, uso de drogas e violência. In: VERVE: Revista Semestral do NUSOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária. Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP. No19. São Paulo: o Programa.
- Bertolini, J. (2019). O conceito de biopolítica em Foucault: apontamentos bibliográficos. Revista Missioneira, v. 21, n. 1, p. 75-91.
- Brasil. (2002). Resolução Ministerial Nº 025/2002. Define Parceiro Estratégico de Prevenção Primária, no âmbito do Sistema Nacional Atidrogas – SISNAD. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002\\_98095.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002_98095.html). [Acesso em: 01/2020].
- Mendonça, F. C. B. (2019). Programa educacional de resistência às drogas e à violência-PROERD como Inovação pedagógica provável: um estudo etnográfico no Colégio da Polícia Militar do Ceará.
- Oliveira, S. L. de. (1997). Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira.
- Paiva, P. M. de, et al. (2018). As crianças entre as drogas, a polícia e a segurança.
- Pará. (2014). Lei Complementar no 053/2006, alterada pela Lei Complementar Nº 093/2014. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA, e dá outras providências.

- PMPA. (2015). Polícia Militar do Pará. Plano Estratégico Polícia Militar do Pará -2015/2025.
- PMPA. (2019). Polícia Militar do Pará. Diagnóstico Criminal: Homicídios e Roubos no Estado do Pará/2014-2019.
- Rateke, D. (2006). A Escola Pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/>. [Acesso em: 11/01/2018].
- Tasca, J. E. (2010). Avaliação do Processo de Capacitação dos Policiais Militares Instrutores do Programa Educacional de Resistências às Drogas - PROERD, em Santa Catarina, por meio da MCDA-C. Dissertação. Florianópolis-SC, 2010.
- Vieira, C. (2018). A Polícia Militar do Estado de Goiás nas Escolas: A importância e a realidade do PROERD. Especialização. Goiania-GO.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 2

### PERCEPÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NAS PRÁTICAS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: POLICIAIS MILITARES E PROFESSORES

Jeanderson da Silva Saraiva  
Simone Souza da Costa Silva  
Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

#### Resumo

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência consiste em uma ação de cunho preventivo, adotado pela Polícia Militar em todos os Estados do Brasil e tem como público alvo os alunos de séries fundamentais, que participam de aulas ministradas por policiais militares, com a finalidade de fazer com que esses jovens, a partir de práticas assertivas, possam evitar o primeiro contato com drogas, assim como o envolvimento com atos violentos. Nesse sentido, torna-se necessário a análise das atividades desenvolvidas pelos atores que participam do programa, a fim de promover uma discussão acerca da efetividade das ações desencadeadas pelo poder público. Nesse diapasão, busca-se identificar a percepção em relação à aspectos fundamentais desse programa educacional, por parte de policiais militares pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará e que atuam como instrutores do programa, bem como de professores que trabalham na rede pública de ensino da Região Metropolitana de Belém. Aliado ao exposto objetiva-se também revelar quais são os principais problemas enfrentados por esses profissionais para a efetivação do PROERD nas escolas. Para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se desenvolveu com característica descritiva, em que se utilizou tratamento quantitativo e qualitativo dos dados coletados. Ao final do estudo foi possível identificar o ponto de vista sobre as ações desenvolvidas, tanto por parte dos policiais militares, quanto dos professores que atuam nas unidades de ensino onde as aulas são ministradas. Com isso, pode-se identificar pontos vulneráveis, capazes de prejudicar o alcance dos objetivos propostos pelo programa, qual seja a prevenção. As informações apresentadas ao final do presente estudo poderão servir de subsídio para o saneamento de tais incongruências e dessa forma possibilitar a otimização dos resultados desejados.

**Palavras-chaves:** PROERD; Polícia Militar; Jovens; Prevenção.

#### Abstract

The Drug Resistance and Violence Educational Program - PROERD consists of a preventive action, adopted by the Military Police in all the states of Brazil and has as target audience the students of fundamental grades, who attend classes taught by military police, in order to make these young people, through assertive practices, avoid first contact with drugs, as well as the practice of violent acts. In this sense, it is necessary to analyze the activities developed by the actors who participate in the program, in order to promote a discussion about the effectiveness of actions triggered by the public power. In this tuning fork, we seek to identify the perception regarding the fundamental aspects of this educational program, of military police officers belonging to the Pará Military Police force who act as instructors of the program, as well as teachers working in the public school system of the region. metropolitan area of Belém. Allied to the above, it also aims to reveal what are the main problems faced by these professionals, for

the implementation of PROERD in schools. To achieve the proposed objectives, the research was developed with a descriptive characteristic, which used quantitative and qualitative treatment of the collected data. At the end of the study it was possible to identify the point of view on the actions developed, both by the military police, and the teachers who work in the teaching units where the classes are taught. Thus, it is possible to identify vulnerable points, which may hinder the achievement of the objectives proposed by the program, namely prevention. The information presented at the end of the present study may serve as a subsidy to remedy such incongruities and thus enable the optimization of the desired results.

**Keywords:** PROERD; Military Police; young people; Prevention.

## 1. Introdução

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), conforme Macedo (2008) consiste em uma adaptação nacional do programa norte-americano conhecido como *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.). O D.A.R.E. foi criado em 1983, após a doutora Ruth Rich, especializada em instrução de saúde e professora do Distrito Escolar Unificado da cidade de Los Angeles, juntamente com o chefe do departamento de polícia daquela cidade, Daryl Gates, chegarem à conclusão acerca da necessidade de se elaborar um programa educacional capaz de combater o consumo de drogas por parte dos jovens dos Estados Unidos, face ao grande percentual envolvido na prática de atos criminosos (Harmon, 1993).

Vastag (2003) assevera que o D.A.R.E. apresentou uma abordagem metodológica preventiva e intervencionista, sendo que em pouco tempo tornou-se muito popular não apenas nos EUA, mas em vários outros países. Segundo o autor, somente no ano de 2002, cerca de 36.000.000 (trinta e seis milhões) de crianças ao redor do mundo participavam do D.A.R.E., sendo mais de 26.000.000 (vinte e seis milhões) só nos Estados Unidos, que aplicavam o programa em 80% de suas escolas.

De acordo com Domingues (2016), o PROERD chega ao Brasil em 1992, inicialmente no Estado do Rio de Janeiro e no ano seguinte é estabelecido no Estado de São Paulo, para posteriormente ser implementado nos demais Estados brasileiros. Em 2002, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD Nº 25, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2002, o PROERD passa a ser definido como parceiro estratégico para ações de prevenção primária, no âmbito do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD).

No Estado do Pará o programa foi implementado no ano de 2002, por meio da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, e é aplicado, exclusivamente, pela Polícia

Militar através da Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPDH), sob a gerência do Centro de Capacitação e Prevenção Primária (CCPP), estruturado por força da Lei Complementar Estadual Nº 93/2014. De acordo com o Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025, o PROERD consiste em uma das estratégias adotadas pela instituição para reduzir os índices de violência e bloquear a dinâmica de recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas.

Segundo o CCPP/PMPA, atualmente o PROERD é aplicado em 253 (duzentas e cinquenta e três) escolas no território paraense, das quais 43 (quarenta e três) estão localizadas na Região Metropolitana de Belém, que compreende os municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará e 210 (duzentas e dez) no interior do Estado.

Prestes a completar 18 anos de implementação do PROERD no Estado do Pará, se torna necessário o estudo das atividades desenvolvidas por policiais militares instrutores do programa, bem como dos professores da rede pública de ensino, que atuam nas escolas onde o programa é aplicado. Com isso objetiva-se identificar os principais problemas enfrentados pelos policiais militares e professores durante a execução das atividades do PROERD e descrever suas sugestões.

## **2. Método**

O estudo respeitou as normas de pesquisa envolvendo seres humanos, segundo a Resolução Nº 510/2016, do Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes foram esclarecidos sobre os procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, e tiveram a garantia do sigilo quanto a suas informações pessoais via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os procedimentos adotados foram devidamente analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, de acordo com o parecer Nº 3.205.409.

A pesquisa possui caráter descritivo (Marconi & Lakatos, 2003), em que se utilizou tratamento quantitativo e qualitativo a partir de dois enfoques principais: o ponto de vista dos policiais militares, instrutores do PROERD e o ponto de vista dos professores que atuam na rede pública de ensino, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD nos últimos 3 (três) anos. A coleta de dados se deu no ano de 2019, mais especificamente entre os meses de maio e outubro.

Destaca-se que dos 56 (cinquenta e seis) policiais militares que atuam como instrutores do PROERD na Região Metropolitana de Belém, 26 (vinte e seis) atuam nos municípios de Belém e Ananindeua, que foi o recorte espacial desta pesquisa. Para se definir o tamanho da amostra utilizou-se:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} \quad e \quad n_0 = \frac{1}{E^2} .$$

Em que “ $N$ ” consiste no número da população, “ $n_0$ ” é a primeira aproximação do tamanho da amostra e “ $E$ ” o erro amostral máximo tolerável.

Obteve-se uma amostra de 20 (vinte) policiais militares, que foram selecionados por meio de um sorteio simples. Selecionou-se a mesma quantidade de professores, os quais deveriam atuar em escolas localizadas em áreas com consideráveis índices de criminalidade, de acordo com o “Diagnóstico Criminal de Homicídio e Roubos”, elaborado em janeiro de 2020 pelo Centro de Inteligência da PMPA.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado, a fim de registrar a perspectiva dos profissionais envolvidos nas atividades do programa acerca das atividades desenvolvidas no programa educacional em análise. Os dados coletados receberam tratamento quantitativo e qualitativo, que nas palavras de Goldenberg (2004), consiste no fato do pesquisador voltar sua atenção não apenas para a representatividade numérica do grupo estudado, mas com o aprofundamento da compreensão daqueles sujeitos, que são objeto da pesquisa.

### **3. Resultado e Discussão**

Por meio das entrevistas realizadas com policiais militares instrutores do PROERD e professores da rede pública de ensino, realizou-se a coleta das informações para posterior análise, conforme visto a seguir.

#### **3.1 Policiais militares instrutores do PROERD**

##### **3.1.1. Percepção dos policiais militares, instrutores do PROERD, quanto à sua formação como instrutores do programa**

Nessa pesquisa buscou-se investigar o que os militares pensam acerca de sua formação teórica para o desempenho das atividades como instrutores do programa. Para isso, foram feitas algumas perguntas sobre o curso de formação pelo qual os policiais foram submetidos, sendo que os entrevistados deveriam atribuir uma nota de "0" a "5", em que "0" indica que o curso não atendeu a nenhuma expectativa do aluno (Insatisfeito), "1" a "2" atendeu poucas expectativas (Pouco Satisfeito), "3" a "4" atendeu as expectativas (Satisfeito) e "5" atendeu totalmente as expectativas do aluno (Totalmente Satisfeito).

Obteve-se que 1 (5%) entrevistado se mostrou pouco satisfeito com a formação disponibilizada, ao passo que 8 (40%) mostraram-se satisfeitos e 11 (55%) afirmaram estar totalmente satisfeitos com o curso de capacitação realizado pela Polícia Militar do Pará.

Ainda nessa seara, solicitou-se aos entrevistados que avaliassem sua formação para lidar com o público-alvo, os estudantes do 5º e 7º anos. Esse quesito objetivou analisar se o policial sente-se apto para atuar em sala de aula após passar pelo curso de formação. Constatou-se que 4 (20%) afirmaram se sentirem pouco preparados para essa atuação, 10 (50%) indicaram estar preparados e 6 (30%), sentem-se totalmente preparados.

A partir da interpretação das informações obtidas nas entrevistas com os policiais militares, buscou-se verificar se os fundamentos pedagógicos repassados no curso de formação de instrutores foram compreendidos de maneira clara. Observou-se que nenhum dos policiais entrevistados compreende os fundamentos pedagógicos do programa com pouca clareza, enquanto 6 (30%) tem uma percepção clara e 14 (70%) entendem tais fundamentos de maneira muito clara.

No processo de caracterização da percepção do policial militar acerca de sua formação como instrutor do programa, aplicou-se a técnica de visualização de dados textuais nas palavras utilizadas para responder os quesitos 14 - "*O curso de formação de instrutores que a PMPA oferece atendeu às suas necessidades como instrutor do Programa?*" e 15 - "*Como você avalia sua formação no curso de instrutores, para lidar com o público-alvo do Programa?*" da entrevista. Utilizou-se o recurso "nuvem de palavras" do software livre de análise de conteúdo *Wordclouds*, que demonstra a frequência e o grau de destaque de cada termo empregado, conforme apresenta a Figura 1.

**Figura 1** – Nuvem de palavras dos termos utilizados pelos policiais militares, quanto ao curso de formação que os capacitou para atuar como instrutores do PROERD.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A Figura 1 indica os termos mais utilizados pelos entrevistados. Quanto maior o tamanho da palavra, maior é a frequência que foi dita durante a entrevista. Percebe-se que alguns termos se destacam perante os demais. As palavras “aula”, “prática”, “curso”, “tempo” e “conhecimento” aparecem em destaque, o que acaba por ilustrar a recorrente preocupação com a capacitação do profissional como instrutor do programa, em especial com tempo disponibilizado para a realização das atividades.

Os fragmentos das respostas a seguir representam uma considerável representatividade dos entrevistados (25%), para os quais o curso de formação fornecido pela Polícia Militar do Pará (PMPA) necessita de mais tempo para capacitá-los e fornecer condições que possam suprir seus anseios como educadores. Essas circunstâncias podem ser potencializadas, devido ao fato da maioria desses militares (60%) não possuir qualquer experiência na docência até compor o quadro de instrutores do programa, de acordo com informações obtidas nas entrevistas.

*(...) mas acho que falta um pouco de tempo, foi pouco tempo. Meu curso foi cerca de 15 dias direto, corrido. (Instrutor Nº 4. Sargento da PMPA, com 26 anos de serviço e 1 como instrutor do PROERD).*

*(...) o tempo de formação, duas semanas é realmente muito pouco. (Instrutor Nº 5. Cabo da PMPA, com 10 anos de serviço e 2 como do PROERD).*

*(...) a formação tem muito conteúdo, o conteúdo todo do curso é válido, só que a questão do tempo prejudica um pouco na absorção desse conhecimento. Tem coisas*

*que a gente vai ver na prática e que no curso a gente só viu de forma muito rápida. Então eu avalio que deveria ter um tempo maior para esse curso (...) o curso tem uma carga de conhecimento muito boa, mas o tempo é muito apertado. (Instrutor N° 7. Soldado da PMPA, com 5 anos de serviço e 2 como instrutor do PROERD).*

O resultado aqui apresentado é semelhante ao encontrado por Andrade *et al.* (2010), que realizou uma pesquisa sobre o PROERD em Minas Gerais, a fim de indicar quais são os pontos de destaque e deficiência apontados no programa. Para tal, aplicaram questionários à instrutores e alunos. A pesquisa revelou que 240 (54,9%) entrevistados não possuíam outra experiência na área de educação que não fosse a atuação no programa.

No entanto, é provável que o problema não esteja apenas na carga horária do curso de formação (80 horas-aula), mas sim na forma de sua execução. Sobre o assunto, observe-se alguns apontamentos dos entrevistados

*Hoje eu entendo que antes eu precisava ter a capacidade de formação acadêmica que eu tenho hoje. Então quem já tem uma formação acadêmica, principalmente dentro da área de educação, se torna muito melhor fazer esse trabalho. (Instrutor N° 18. Sargento da PMPA, com 28 anos de serviço e 4 como instrutor do PROERD).*

*É uma carga horária muito pesada e certos conhecimentos a gente só vai aprender na prática. Algumas habilidades requerem certo tempo para dominar, então um curso corrido como esse eu acho que não. (Instrutor N° 7. Soldado da PMPA, com 5 anos de serviço e 2 como instrutor do PROERD).*

*(...) eu acho que deveria ter mais prática no curso, para que o instrutor se deparasse com a realidade de estar em uma escola com crianças mesmo. (Instrutor N° 11. Aluno oficial da PMPA, com 11 anos de serviço e 6 como instrutor do PROERD).*

Os depoimentos revelam que, além da necessidade de maior tempo para a formação, os entrevistados clamam por ações que garantam a continuidade do processo de capacitação profissional, o que poderia possibilitar uma maior segurança ao lidar com os alunos em sala de aula, não deixando esse encargo somente ao conhecimento adquirido com a prática.

A perspectiva de formação permanente deve ser entendida como meta profissional, ação na busca de um conhecimento formal, como em uma tomada de consciência de sua práxis, da própria atividade pedagógica. Apresenta-se como uma forma indissociada da formação inicial, dada como início, que acompanhará o profissional durante toda a sua carreira (Perrenoud, 1997, p. 149).

O exercício das atividades como educador, conforme preleciona Perrenoud (1997), envolve uma série de necessidades, dentre as quais se destaca a formação continuada, apresentada como um processo contínuo que se inicia antes mesmo do exercício das atividades pedagógicas, continua ao longo da carreira do educador e permeia toda prática profissional.

A esse respeito, foi perguntado aos instrutores se eles tinham contato com literatura atual sobre abordagens de prevenção ao uso de drogas, a fim de melhor subsidiar suas abordagens

com os alunos em sala de aula. Obteve-se que 11 (55%) policiais não costumam buscar conhecimentos atualizados acerca do assunto e 9 (45%) afirmaram que procuram se atualizar frequentemente, utilizando livros, revistas e artigos da internet.

Importante destacar que dos 9 (nove) policiais que indicaram ter o hábito de buscar conhecimentos através da leitura, 8 (oito) o fazem por conta própria, ou seja, 95% do público entrevistado afirmou não receber qualquer estímulo e/ou subsídio por parte da instituição, para o aprimoramento e atualização dos conhecimentos técnicos, necessários para o desempenho das atividades de docência.

### **3.1.2. Percepção dos policiais militares, instrutores do PROERD, sobre as aulas do programa ministradas por eles**

Diante do contexto apresentado, se faz oportuno o estudo do ponto de vista dos policiais militares sobre as aulas por eles ministradas. Preliminarmente, foi questionado acerca da existência de tempo suficiente para promoção de debates sobre as questões levantadas pelos alunos em sala de aula, sendo que 18 (90%) afirmaram que o tempo não é suficiente, havendo a necessidade da adoção de estratégias para conseguir “vencer” o conteúdo imposto pelo programa.

Merece destaque a menção ao termo “Caixinha do PROERD” ou “Caixinha de Perguntas”, feita por relevante parcela (50%) dos entrevistados, que afirmam não haver tempo suficiente para dirimir as questões levantadas pelos alunos durante as instruções. Segundo suas declarações, a “caixinha” consiste em uma ferramenta utilizada para selecionar e responder as perguntas consideradas mais importantes, haja vista o tempo ser aquém do necessário para atender todos quesitos suscitados pelos estudantes. A esse respeito foram selecionadas algumas falas dos entrevistados.

*Se nós formos debater todos os temas que os alunos levantarem o tempo é insuficiente, é por isso que no início da aula a gente faz a CAIXINHA DE PERGUNTAS, onde eles colocam as dúvidas, os temas que eles querem conversar, isso se debate em 5 a 10 minutos, é uma estratégia que é pra gente poder ministrar o tema principal da aula. (Instrutor Nº 3. Major da PMPA, com 20 anos de serviço e 16 como instrutor do PROERD).*

*Antes de aplicar qualquer lição do PROERD a gente tem uma brincadeira bem legal, que é a CAIXINHA DO PROERD, onde eles participam fazendo perguntas e essas perguntas são respondidas antes das aulas. Perguntas como: se a gente já prendeu, matou alguém... inclusive a gente entra na realidade crítico-social do aluno, porque através dessas perguntas, eles contam o dia a dia deles. (Instrutor Nº 5. Cabo da PMPA, com 10 anos de serviço e 1 como instrutor do PROERD).*

*Para tentar amenizar esse problema usamos a CAIXINHA DO PROERD, que é literalmente uma caixa, que eles ajudam a confeccionar, onde são depositadas as dívidas que não são sanadas durante a aula, depois fazemos uma triagem e respondemos na aula seguinte. É uma estratégia que usamos para dirimir esse problema. (Instrutor Nº 9. Subtenente da PMPA, com 30 anos de serviço e 16 como instrutor do PROERD).*

Insta destacar que 17 (85%) instrutores afirmaram que o tempo disponibilizado para as aulas é suficiente para a conclusão do conteúdo proposto no currículo do curso, mesmo que para isso seja necessário o não aprofundamento em determinados assuntos, conforme depoimento do Instrutor Nº 13

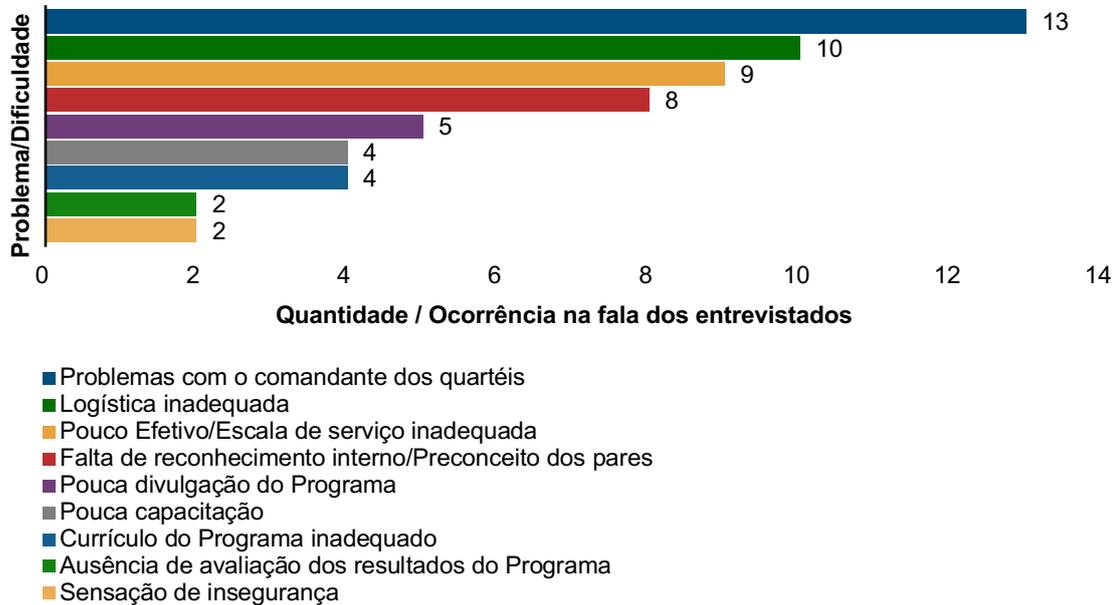
*“(...) a gente consegue, mas claro que se tivesse mais tempo seria mais efetivo. Dá pra fazer, mas naquela questão de estar 'desenrolando', mais do militarismo mesmo, o que não é o ideal”. (Soldado da PMPA, com 2 anos de serviço e 1 com como Instrutora do PROERD).*

A estratégia “Caixinha do PROERD”, segundo os relatos alhures, teria o condão de possibilitar o cumprimento das lições previstas na cartilha do instrutor, tanto que mesmo com 90% dos entrevistados afirmando que o tempo em sala de aula não é suficiente para responder aos questionamentos suscitados pelos alunos, a maioria afirma que o tempo disponibilizado para a formação dos estudantes é suficiente para que todo o conteúdo programático seja executado.

### **3.1.3. Percepção dos policiais militares, instrutores do PROERD, sobre os principais problemas e/ou dificuldades enfrentadas para a aplicação do programa**

Ao final da entrevista foi solicitado aos policiais que evidenciassem os principais problemas/dificuldades enfrentados durante a aplicação do programa, bem como indicassem sugestões e críticas, a fim de otimizar as atividades desenvolvidas. Os problemas ou dificuldades indicados pelos entrevistados foram separados em dois grupos, para garantir uma melhor interpretação da problemática apresentada. O primeiro e maior rol de insatisfações diz respeito a problemas existentes no âmbito interno da Polícia Militar do Estado do Pará (Figura 2).

**Figura 2** - Percepção dos instrutores do PROERD, pertencentes ao efetivo da PMPA, em relação às principais dificuldades no âmbito interno, para execução das aulas do PROERD, em 2019.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

Problemas relacionados com o comandante das unidades policiais foram os mais recorrentes na fala dos entrevistados, sendo apontado por 13 indivíduos, o que representa 65% da amostra. Nas falas há indicação de que a eficácia ou não das atividades desenvolvidas pelos instrutores do PROERD nas escolas depende da cooperação do comandante do quartel. Vejamos alguns destes depoimentos:

*E para a questão da aplicação é a aversão de alguns comandantes, eles acham que o instrutor tá enrolando. Eles não entendem que o PROERD em sim é como se fosse uma modalidade de policiamento, inserido na área de seu comando, como um policiamento ostensivo a pé, em viaturas, motos... o PROERD seria mais uma modalidade, só que ele acha que o instrutor vai pra lá enrolar, mas não é. (Instrutor Nº 1. Cabo da PMPA, com 11 anos de serviço e 7 como instrutor do PROERD).*

*E varia muito de comandante para comandante também. Tem comandante que é sensível e tem aqueles que é mais retraído com relação ao programa. (Instrutor Nº 8. Soldado da PMPA, com 6 anos de serviço e 5 como instrutor do PROERD).*

*Na verdade, depende muito de comando para comando (...) depende da boa vontade do comandante, se mudar o comando até isso a gente pode perder. (Instrutor Nº 19. Cabo da PMPA, com 14 anos de serviço e 6 como instrutor do PROERD).*

A carência de logística adequada para o desenvolvimento das atividades dos instrutores foi outro problema destacado durante as entrevistas. Relatos de 10 policiais (50%) indicam

desde a falta de sala apropriada dentro dos quartéis para que os profissionais possam planejar suas atividades ou receber membros da comunidade escolar, como professores, pais de alunos ou mesmo os alunos do PROERD; até falta de equipamentos essenciais para a execução da aula propriamente dita, como equipamentos de áudio e vídeo, o que inviabiliza que vídeos do PROERD sejam apresentados durante as atividades em sala de aula. Há também recorrente insatisfação em relação à dificuldade em se conseguir viaturas para otimização das atividades desses militares.

A reduzida quantidade de instrutores para atender a demanda dos cursos e escalas de serviço inadequadas foram apontadas por 9 (45%) militares, mostrando-se como a quarta insatisfação mais recorrente durante as entrevistas, seguida pela falta de reconhecimento dentro da corporação e preconceito por parte dos pares. Essa insatisfação foi indicada por 8 (40%) indivíduos, e conforme consta dos relatos, se deve ao fato desses policiais não estarem desempenhando modalidades operacionais de policiamento, como por exemplo o serviço de patrulhamento em viaturas.

*O efetivo que é muito reduzido e há falta de valorização dos instrutores, que as vezes são criticados pela própria tropa, que nos consideram como preguiçosos. (Instrutor Nº 9. Subtenente da Polícia Militar, com 30 anos de serviço e 16 como instrutor do PROERD)*

*Os próprios policiais militares têm preconceito com os policiais do PROERD, o pessoal não consegue perceber a importância do curso. (Instrutor Nº 11. Aluno oficial da PMPA, com 11 anos de serviço e 6 como instrutor do PROERD).*

*A principal dificuldade é o próprio preconceito dos policiais, porque alguns deles acham que o nosso trabalho é enrolação, que muitas das vezes a gente não está trabalhando realmente, que nas escolas nós estaríamos nos esquivando da nossa atividade fim que é o serviço ordinário, sendo que a gente não faz isso. (Instrutor Nº 16. Soldado da PMPA, com 6 anos de serviço e 5 como instrutor do PROERD).*

*Na instituição as vezes nós passamos por situações desagradáveis de ser rotulado como sendo pessoas que não estão trabalhando, enfim muitos não valorizam o nosso trabalho. (Instrutor Nº 17. Soldado da PMPA, com 5 anos de serviço e 1 como instrutor do PROERD).*

Outros pontos indicados pelos instrutores como elementos que dificultam a execução do PROERD foram: problemas relacionados à pouca divulgação das ações do programa (25%), ausência de cursos de capacitação e/ou qualificação aos instrutores (20%), grade curricular inadequada para a realidade dos estudantes paraenses (20%), ausência de uma avaliação por parte da Polícia Militar do Pará, no sentido de identificar os benefícios e/ou falhas do programa (10%) e sensação de insegurança por parte dos instrutores no momento em que estão atuando

nas escolas (10%), que não raras vezes estão localizadas em áreas com altos índices de criminalidade.

No que diz respeito aos problemas de natureza externa à Polícia Militar do Estado do Pará, citou-se a questão da infraestrutura das escolas como o maior obstáculo enfrentado, seguido pela ausência de apoio por parte do corpo docente das instituições de ensino onde as aulas são ministradas.

Os relatos indicam que 5 (25%) instrutores apontaram as condições de logística das escolas como um dos graves problemas enfrentados para a execução do programa educacional e 3 (15%) afirmaram haver entraves com o corpo docente das unidades de ensino, que por vezes não estão preparados para receber o PROERD nas escolas, ou aparentam pouco interesse em colaborar com as ações desenvolvidas pelos policiais.

*Eu trabalho em escolas periféricas, em áreas de risco, então são escolas velhas, depredadas, há falta de material como data show. Então, apesar de ter o material em mídia eu acabo usando o quadro magnético em virtude de não ter o material necessário. (Instrutor Nº 5. Cabo da PMPA, com 10 anos de serviço e 2 como do PROERD).*

*(...) o maior problema é o da logística, a questão dos meios para poder aplicar. A gente não depende somente da estrutura da Polícia Militar, depende da estrutura da escola também e isso deixa um pouco a desejar. A gente tem que trabalhar com aquilo que a gente tem, isso com relação à educação, sendo que a gente vai trabalhar em algumas escolas e não tem nem bebedouro, então são questões de estruturas educacionais mesmo. (Instrutor Nº 14. Soldado da PMPA, com 2 anos de serviço e 1 como instrutor do PROERD).*

*Os professores devem estar presentes durante a instrução dos policiais, mas os professores, até pela rotina, não sabem qual procedimento a ser adotado, e utilizam o tempo das instruções do programa, para exercerem atividades que não tem nenhuma relação com o projeto. (Instrutor Nº 9. Sub tenente da PMPA, com 30 anos de serviço e 16 como instrutor do PROERD).*

A infraestrutura das escolas é um dos aspectos da educação discutido por Castro e Fletcher (1986) que, em meados dos anos 1980, questionavam as condições materiais das escolas brasileiras. Eles abordaram a questão da eficiência e da eficácia dos investimentos públicos com educação, enaltecendo a importância da infraestrutura das escolas como fator condicionante para o aprendizado dos alunos. Corroborando com esse entendimento Soares, Razo e Fariñas (2006) indicam que a infraestrutura escolar representa um fator de destaque para explicar os baixos resultados da educação em ambiente rural, cujo aparato estatal tende a ser mais precário.

### **3.2. Professores da rede pública de ensino**

O PROERD foi elaborado para ser desenvolvido em ambiente escolar com a parceria de seu corpo docente, Polícia Militar, família dos estudantes e comunidade, ocasião em que todos esses atores devem interagir pedagogicamente no processo de ensino-aprendizagem, buscando, em trabalho extracurricular, a formação de uma rede protetiva, que viabilize a potencialização de grupos sociais sadios<sup>12</sup>. Por isso, se faz necessária a análise da participação e envolvimento dos professores nesse processo, uma vez que o desempenho desses profissionais é condição indispensável para que os objetivos pretendidos pelo programa sejam alcançados.

#### **3.2.1. Percepção dos professores sobre as atividades inerentes ao PROERD**

Conforme Oliveira (2014), o PROERD tem a finalidade de conscientizar crianças e adolescentes em idade escolar contra o consumo de drogas e prática de atos violentos, estando amparado em ações conjuntas da família, escola e Polícia Militar. No entanto, apesar da evidente importância da atuação dos professores nesse processo, de acordo com as informações coletadas, metade dos entrevistados informou não conhecer a finalidade do programa.

Ao questionar os professores acerca da clareza dos fundamentos pedagógicos do PROERD, obteve-se que 1 (5%) afirmou que os fundamentos pedagógicos do PROERD não ficaram claros, para 10 (50%) esses fundamentos estão claros ou muito claros e 9 (45%) informaram que não possuíam conhecimento mínimo sobre a pedagogia aplicada no programa educacional, por este motivo preferiram não tecer comentários quanto ao quesito suscitado. Pelo exposto, percebe-se que a metade dos entrevistados (50%) tem dúvidas ou desconhece elementos essenciais do programa.

De acordo com os relatos, apenas 1 (5%) professor informou que os familiares dos estudantes participam das atividades desenvolvidas pelo PROERD e 15 (75%) relataram que os familiares não participam dessas atividades. Tem-se ainda que 4 (20%) entrevistados não souberam responder à pergunta.

Ainda nesse contexto de integração entre família, escola e policiais, ao perguntar aos professores se conhecem membros da família de seus alunos, todos (100%) afirmaram conhecer ao menos um desses familiares, no entanto enfatizaram que esse contato se dá de maneira

---

<sup>12</sup> <https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>

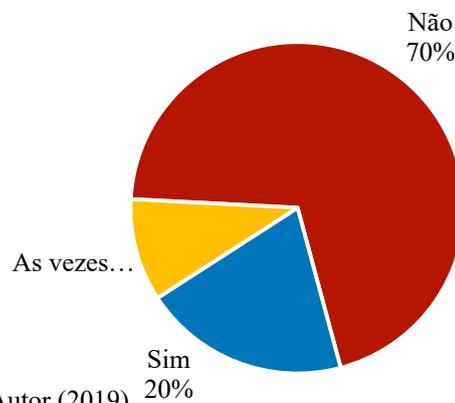
superficial, não existe, portanto, a formação de uma relação de maior proximidade entre as partes.

Ao questionar os professores se haviam recebido algum tipo de treinamento ou instrução por parte dos policiais militares, no sentido de tomarem ciência sobre como se comportar durante as aulas do PROERD, a unanimidade dos entrevistados (100%) afirmou que não recebeu nenhuma informação a respeito. Da mesma forma, todos os professores (100%) afirmaram nunca terem participado de qualquer reunião com representantes da Polícia Militar, no sentido de poder emitir opiniões e/ou sugestões a fim de otimizar as práticas desenvolvidas pelo programa.

Importante destacar que em página oficial do programa na internet<sup>13</sup>, as atividades do PROERD devem ser precedidas por uma reunião com pais e educadores, no sentido de divulgar o programa e orientar o engajamento a participação em todo o processo. Ao final das atividades é marcada formatura, momento em que os estudantes recebem o certificado de conclusão do curso, prestando o compromisso de resistir às drogas e à violência diante da família e autoridades presentes.

Apesar da maioria dos professores entender que o PROERD consiste em uma ação capaz de apresentar bons resultados, conforme se demonstrará adiante, ainda assim somente 4 (20%) alegaram participar das aulas ministradas pelos policiais militares, enquanto que 2 (10%) afirmaram participar somente as vezes e 14 (70%) afirmaram não participar das aulas em momento algum, conforme demonstrado na figura a seguir.

**Figura 3** - Percentual de professores da rede pública de ensino, atuantes na Região Metropolitana de Belém, em relação à sua participação nas aulas do PROERD, no ano de 2019.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

<sup>13</sup>Disponível em: <http://proerd.go.gov.br>.

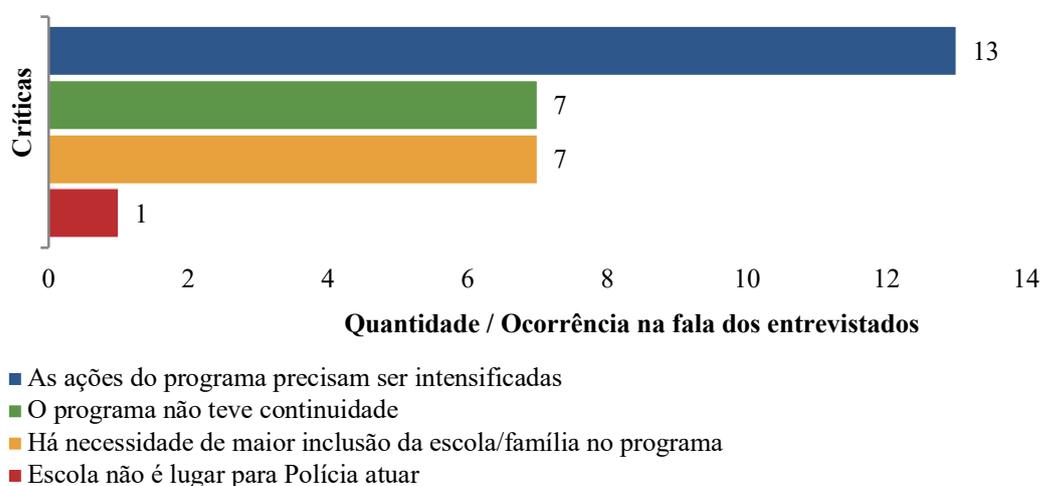
Quanto à importância atribuída às atividades do programa, constatou-se que 17 (85%) professores consideram o PROERD uma ferramenta eficiente ou muito eficiente na prevenção do consumo de drogas e prática de atos violentos por parte dos alunos e 2 (10%) entendem que consiste em uma ação pouco eficiente para alcançar esse objetivo. Um professor (5%) afirmou não ser capaz de responder à pergunta.

Com relação à continuidade das atividades desenvolvidas pelo PROERD nas unidades de ensino onde as aulas são ministradas, verificou-se que 18 (90%) professores afirmaram que as escolas não executam nenhum tipo de atividade, capaz de promover a continuidade desse tipo de ação, o que pode vir a ser um fator que dificulta o alcance dos objetivos do programa.

### 3.2.2 Percepção dos professores sobre sobre os principais problemas e/ou dificuldades enfrentados para a aplicação do PROERD

Seguindo o mesmo procedimento adotado com os instrutores militares, foi solicitado aos professores que indicassem sugestões e/ou críticas acerca das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar quando da operacionalização do PROERD nas escolas, chegando-se aos seguintes resultados.

**Figura 4** - Ocorrência de críticas nas falas dos professores da rede pública de ensino, atuantes na Região Metropolitana de Belém, em relação as atividades desenvolvidos durante a execução do PROERD, em 2019.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2019).

No que diz respeito às críticas atribuídas ao programa por parte dos professores entrevistados, tem-se que 13 indivíduos (65%) indicaram que as ações desenvolvidas pela Polícia Militar deveriam ser intensificadas, de modo que as visitas esporádicas dos policiais militares nas escolas não seriam capazes de atender aos anseios da comunidade escolar, o que pode corroborar para a que o programa educacional não atinja os resultados esperados. A seguir serão reproduzidas algumas dessas falas.

*Então tem que ser uma ação mais efetiva, tanto do policiamento escolar e tem que estar muito mais presente, porque a realidade de drogas aqui é muito efetiva. A violência daqui é uma coisa muito grave. Há assaltos aqui dentro da escola... isso é muito comum. Então a presença policial, junto com a educação, eu acho que tem que ser. (Professor N° 9. Disciplina Ciências, com 10 anos de experiência, EEEFM Maria Luiza da Costa Rego).*

*O PROERD é uma iniciativa muito boa de prevenção, eu acredito que seria muito mais proveitoso se eles fizessem esse acompanhamento com a escola e com maior frequência. Eu via que eles vinham na escola uma vez por semana e por turma. Então eu acho seria mias interessante ao menos duas vezes por turma, por semana. (Professor N° 13. Disciplina Matemática, com 12 anos de experiência, EEEFM Panorama XXI).*

*Poderia ver a frequência, porque os policiais que atuam são muito poucos, eles já poderiam ter voltado esse ano, ter feito com outras turmas. Foi muito pouco o período das aulas. Então, se pudesse vir com mais frequência, atingir as outras turmas. Até porque a ideia do projeto era que o próprio aluno fosse o multiplicador, assim como o professor, mas nós sabemos que na prática não funciona muito assim, então a multiplicação é muito pequena. (Professor N° 18. Disciplina Matemática, com 22 anos de experiência, EEEFM Oneide de Souza Tavares).*

A falta de continuidade das ações do PROERD esteve presente na fala de 7 professores (35%), assim como a insatisfação acerca da pouca ou nenhuma inclusão dos familiares e do corpo docente nas atividades do programa, também indicado por 7 professores (35%). Tais informações podem ser um indicativo de ações que prejudicam o alcance dos objetivos do programa educacional.

Ainda com relação às críticas apontadas pelos professores entrevistados, 1 (5%) indivíduo expressou sua insatisfação com a presença de policiais militares no interior da escola. Em suas alegações destacou que

*Na escola ou em qualquer lugar, eu defendo que a eficiência tem a ver com várias ações, mas eu defendo a presença militar lá fora. (Professor N° 11. Disciplina Geografia, com 25 anos de experiência, EEEFM Maria Luiza da Costa Rego).*

Obtiveram-se ainda algumas declarações indicando benefícios durante a aplicação do PROERD nas escolas. Nesse cenário, 5 (25%) educadores afirmaram que o programa

educacional pode ser considerado válido no sentido de contribuir para o processo de prevenção do consumo de drogas e/ou prática de atos violentos por partes dos estudantes.

O aumento da sensação de segurança no interior das unidades de ensino foi considerada a condição mais vantajosa sob o ponto de vista de 2 (10%) professores, os quais informaram ser esse um importante benefício advindo com a atuação dos policiais nas escolas, já que a simples presença desses servidores é capaz de impedir a prática de alguns delitos, principalmente nas escolas localizadas em regiões cujo índice de criminalidade apresenta-se elevado, conforme exemplificado na fala do professor N° 19 ao afirmar que:

*(...) a presença do PROERD seria muito interessante. Para você ter uma ideia, quando os policiais chegavam, já tinha uma mudança(...) quem trouxe a droga naquele dia, já dava um jeito de pular o muro e ir embora. Porque a simples presença já inibe.*

Houve ainda educadores que citaram benefícios atribuídos aos estudantes que participaram das aulas do PROERD, sendo que 2 (10%) destacaram que o programa ajudou a melhorar o desempenho escolar dos alunos e outros 2 (10%) afirmaram que o programa foi importante no sentido de melhorar a imagem dos policiais perante os alunos, que passaram a enxergar no policial fardado não somente a figura de um agente repressor, mas também um profissional capaz de contribuir para sua formação pessoal.

#### **4. Considerações Finais**

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) consiste em uma estratégia utilizada pelas polícias militares de todos os Estados da nação, com o intuito de reduzir os índices de violência, fazendo com que jovens em idade escolar, evitem o primeiro contato com as drogas e não pratiquem atos violentos. Esta pesquisa identificou importantes aspectos quando da execução do PROERD, sob o ponto de vista de dois atores essenciais ao processo, quais sejam, policiais militares instrutores do programa e professores que atuam nas escolas onde as aulas são ministradas.

Com relação aos policiais militares, merece destaque a preocupação indicada por esses profissionais no que diz respeito ao curso de formação de instrutores do programa, sendo demandado um maior tempo para formação, bem como intensificação das atividades práticas, já que a maioria dos entrevistados afirmou não possuir qualquer experiência pretérita em atividades de ensino.

Identificou-se ainda uma prática adotada pelos policiais paraenses, a qual não consta registrada nos estudos que compõem o arcabouço bibliográfico dessa pesquisa: a “Caixinha do PROERD”, que consiste em uma caixa, geralmente construída em sala de aula pelos próprios policiais em conjunto com os alunos, a qual é utilizada para o depósito de questionamentos dos estudantes acerca de assuntos diversos. Essas perguntas são selecionadas e respondidas de acordo com o grau de importância, definido pelo instrutor. Tal procedimento possibilita o cumprimento das atividades previstas no material didático do aluno, tendo em vista que 90% dos entrevistados afirmaram que o tempo disponibilizado para execução das atividades não é suficiente para dirimir os questionamentos dos alunos e concluir o conteúdo previsto no curso.

Com relação aos problemas indicados pelos policiais militares, a maioria (65%) relatou insatisfação com os comandantes das unidades policiais, com o argumento que o sucesso das atividades depende da cooperação do oficial gestor. Foi demandada a criação de uma agenda oficial das atividades do PROERD por parte da instituição, a qual deveria ser executada, independente de qualquer vontade pessoal, mas sim de acordo com o interesse institucional, que deve refletir os anseios da coletividade.

Ainda com relação aos problemas suscitados pelos policiais instrutores, merece destaque a insatisfação com relação ao reconhecimento sobre a importância das atividades que realizam, bem como o preconceito sofrido no seio da tropa por parte dos próprios pares. Essa insatisfação foi indicada por 45% dos entrevistados e reflete um dado até então pouco divulgado em estudos voltados para o presente tema. De acordo com os relatos, o fato do instrutor não estar desempenhando atividades operacionais de policiamento, e sim estar dedicado às instruções em sala de aula, é visto como uma forma de “evitar o trabalho”, motivo gerador das críticas.

Quanto aos problemas indicados, alheios ao órgão Polícia Militar, a falta de infraestrutura adequada nas escolas foi o mais recorrente, sendo seguido pela ausência de apoio por parte do corpo docente das instituições de ensino, que em determinadas ocasiões não colaboram com as atividades desenvolvidas, conforme previsto no plano pedagógico do PROERD.

Com relação aos professores entrevistados, ao ser disponibilizado espaço para a apresentação de sugestões, críticas e/ou algum comentário julgado oportuno, houve o registro de 28 críticas referentes à execução do PROERD, havendo maior incidência no que diz respeito à necessidade de se intensificar as ações nas escolas, já que visitas esporádicas por parte dos policiais não seriam capazes de alcançar os objetivos esperados. Além disso, indicou-se que as

atividades desenvolvidas carecem de continuidade, bem como suscitou-se a devida inclusão do corpo docente das escolas e dos familiares dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem dos jovens estudantes.

Em contrapartida houve 11 citações favoráveis ao trabalho desenvolvido pela Polícia Militar, em especial no que tange ao fato de que as ações do PROERD consistem em um importante instrumento de combate ao consumo de drogas e práticas de atos violentos por parte dos estudantes, bem como aparenta ter a capacidade de contribuir para a otimização do rendimento escolar dos alunos e para a melhoria da imagem do policial perante esses jovens.

Ao final do estudo, pode-se identificar algumas insatisfações apontadas por importantes agentes que executam diretamente as atividades inerentes ao PROERD. Com isso pretende-se que tais informações possam contribuir para novos estudos, bem como servir de subsídio para o saneamento das incongruências reveladas e dessa forma fazer com que os resultados almejados pelo programa sejam potencializados.

## 5. Referências

Andrade, R. J.; Oliveira, F. C.; Ortega, L. M. R.; Rezende, J. V. (2010). Avaliando o PROERD: Desafios e Possibilidades. UFMG.

Brasil. (2002). Resolução Ministerial Nº 025/2002. Define Parceiro Estratégico de Prevenção Primária, no âmbito do Sistema Nacional Atidrogas – SISNAD. Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002\\_98095.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002_98095.html). [Acesso em: 13 de setembro de 2018].

Domingues, V. G. (2016). Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. Revista Alabastro, v. 1, n. 7, p. 56-72. Disponível em: <http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/121/0>. [Acesso em: 14 de agosto de 2018].

ENNETT, Susan T. et al. How effective is drug abuse resistance education? A meta-analysis of Project DARE outcome evaluations. American Journal of Public Health, v. 84, n. 9, p. 1394-1401, 1994. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.84.9.1394>. Acesso em: 18 de março de 2018.

Fletcher, P. R., Castro, C. M. (1986). A escola que os brasileiros frequentaram em 1985. Brasília: Ipea, 1986.

Goldenberg, M. (2004). A arte de pesquisar. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

Harmon, M. A. (1993). Reducin the Risk of Drug Involvement Among Early Adolescents: An Evaluation of Drug Abuse Resistance Education (DARE). Philadelphia: Evaluation Review, Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/>. [Acesso em: 12 de dezembro de 2018].

Macedo, J. de C. A. (2008). Práticas educativas da Polícia Militar do Estado de São Paulo: o programa educacional de resistência à droga e à violência. 231p. Dissertação de mestrado em educação. Faculdade de educação – UNICAMP.

Marconi, M. A; Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Oliveira, F. R. G. (2014). Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da Polícia Militar de Pernambuco. REBESP, v. 7, n. 2, p. 02-10.

Perrenoud, P. (1997). Práticas pedagógicas: profissão docente e formação – perspectivas sociológicas. Lisboa: D. Quixote.

PMPA. (2015). Polícia Militar do Pará. Plano Estratégico Polícia Militar do Pará -2015/2025.

PMPA. (2006). Lei Complementar no 053/2006. Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA. Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/sites/>. [Acesso: 01/2020.]

Rateke, D. (2006). A Escola Pública e o PROERD: tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/>. [Acesso em: 11/01/2018].

Soares, S., Razo, R., Farinas, M. (2006). Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis In: A educação no Brasil rural. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Vastag, B. (2003). GAO: D.A.R.E. does not work. American Medical Association. JAMA, February 5, vol 289, no 05.

## CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 3.1. Considerações Finais

A dissertação apresentada teve o propósito de apresentar as características profissionais de policiais militares, pertencentes ao efetivo da Polícia Militar do Pará, que atuam como instrutores do PROERD, assim como de professores que atuam na rede pública de ensino na Região Metropolitana de Belém, cujos alunos participam ou participaram das aulas do PROERD, bem como identificar a percepção que esses policiais e professores possuem em relação a determinados aspectos fundamentais do programa educacional em estudo. Além disso buscou-se revelar os principais problemas enfrentados para a efetivação do PROERD nas escolas e indicar ajustes necessários para potencializar os resultados apresentados atualmente.

O estudo evidenciou o discurso desses importantes atores (policiais e professores) sobre o processo educacional proposto na fundamentação pedagógica do PROERD, enfatizando-se os problemas enfrentados para execução das atividades inerentes ao programa, bem como sugestões apresentadas que fossem capazes de minimizar a problemática apresentada.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida em dois estudos, de forma que o estudo 1 consiste em uma pesquisa de cunho predominantemente quantitativo com a utilização de técnicas de análise exploratória de dados. O estudo 2 trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, fundamentada em análise documental e de conteúdo. As informações analisadas permitiram evidenciar incongruências entre os fundamentos propostos pelo PROERD e a realidade evidenciada nas práticas das ações dos policiais militares e dos professores investigados.

Caracterizou-se o perfil profissional da amostra dos policiais militares que atuam como instrutores do PROERD, da qual conclui-se que uma parcela considerável desse efetivo atua como instrutor do PROERD sem ter experiência profissional mínima (2 anos) exigida pelo programa, aliado ao fato da minoria possuir histórico de atuação e/ou formação em atividades de ensino, outra exigência do programa.

Foram evidenciadas algumas insatisfações de policiais militares referentes às atividades desenvolvidas para a execução do PROERD, merecendo destaque a ausência de uma agenda de atividades anual, capaz de garantir a execução das ações de maneira planejada, organizada e independente da vontade dos gestores das unidades operacionais. Além disso, indicou-se a

existência de efetivo de instrutores reduzido, o que se agrava com a exigência do cumprimento de escalas de serviço, além das atividades desenvolvidas pelo PROERD.

Ficou evidente na fala dos professores que as atividades desenvolvidas pelo programa devem ser intensificadas, bem como precisam ter continuidade para alcance dos objetivos desejados. Por outro lado clamou-se pela inclusão do corpo docente das escolas e de membros da família dos estudantes nas atividades, uma vez que, conforme os relatos, por vezes permanecem alheios ao processo de ensinamento do currículo PROERD.

Insta destacar que a maioria dos participantes da pesquisa considera o PROERD uma ferramenta eficaz para o combate ao consumo de drogas e prática de atos violentos por parte dos jovens, no entanto os relatos evidenciam que as atividades desenvolvidas necessitam de ajustes para que os resultados esperados sejam alcançados, caso contrário os recursos humanos e financeiros poderão ser investidos de maneira inadequada.

A principal limitação encontrada para a realização da pesquisa foi referente à coleta de informações de alunos que participaram do PROERD durante os quase dezoito anos de aplicação do programa no Estado do Pará, uma vez que não há um banco de dados contendo informações mínimas desses alunos. O único registro existente cuida tão somente do quantitativo de alunos formados, o que impossibilitou o estudo baseado em uma análise qualitativa com informações coletadas de ex-alunos do PROERD.

Com o término do presente estudo, pode-se caracterizar e apresentar o ponto de vista de profissionais envolvidos nas atividades do PROERD, a partir de então identificou-se problemas capazes de dificultar a execução das atividades desenvolvidas. Pretende-se contribuir com a realização de novos estudos e principalmente apresentar aos gestores, ferramentas capazes de minimizar os problemas apresentados e potencializar os resultados desejados.

### **3.2. Recomendações para trabalhos futuros**

A realização deste estudo atingiu os objetivos delineados preliminarmente, no entanto observou-se a necessidade da elaboração de novas pesquisas referentes ao tema, face sua importância e carência de estudos de cunho qualitativo voltadas para as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar do Pará. O tema abordado é complexo e envolve vários atores e fatores sociais, que merecem ser analisados em novas pesquisas, às quais sugere-se a abordagem dos seguintes temas:

a) Estudo voltado para o público adulto que participou das aulas do PROERD, a fim de constatar se o programa foi capaz de influenciar positivamente suas vidas no sentido de evitar o consumo de drogas ou a prática de atos violentos;

b) Análise do perfil profissional de policiais militares instrutores do PROERD e de professores que atuam em escolas que participam do programa, com uma maior quantidade de participantes e em diferentes regiões do Estado, objetivando ampliar e confrontar os resultados encontrados nesta pesquisa;

c) Estudo voltado para análise da influência do ambiente, sobre o processo de tomada de decisão do jovem;

d) Pesquisa voltada para boas práticas relacionadas a ações a serem desenvolvidas entre diversos setores da sociedade como escola, família, Polícia Militar, órgãos públicos e sociedade civil organizada, no sentido de apresentar estratégias de trabalhos que subsidiem as ações conjuntas que envolvam as práticas do PROERD em sala de aula.

### **3.3. Proposta de Intervenção**

De acordo com os resultados obtidos com a conclusão da presente pesquisa, entende-se que se faz necessário apresentar propostas que possuam potencial de otimizar as ações dos agentes envolvidos no PROERD, em especial os policiais militares e professores. Vejamos:

a) Apresentar as informações coletadas nesta pesquisa aos gestores da Polícia Militar, responsáveis pela Coordenação do programa no Estado do Pará, com o intuito de fornecer elementos que possam contribuir para realização de boas práticas de gestão e operacionalização do PROERD.

b) Contribuir para a criação e manutenção de um calendário institucional, contendo as diretrizes a serem seguidas pelos policiais militares e professores que participam das atividades do PROERD;

c) Estimular a criação de um banco de dados, contendo informações dos estudantes que participarão das aulas do programa, com o objetivo de subsidiar futuros estudos de natureza qualitativa, voltados para a discussão acerca da eficácia e/ou eficiência do programa.

### **3.4. Produto da Pesquisa**

A partir dos resultados apresentados, em especial os problemas identificados para a execução das atividades do PROERD por parte dos policiais militares instrutores, realizou-se

reuniões com os setores da Polícia Militar responsáveis por sua organização, com o intuito de apresentar os dados coletados e sugerir sugestões racionais e exequíveis, objetivando minimizar a problemática apresentada.

Corroborando com o estudo em tela, o Comando Geral da Polícia Militar do Pará elaborou o “PLANEJAMENTO PROERD 2020” (Anexo D), publicado em Boletim Geral da instituição Nº 020, de 29 de janeiro de 2020, contendo determinações direcionadas a todos os comandantes, da capital e interior do Estado, conforme a transcrição abaixo:

### **Orientações para o Planejamento Semestral**

#### **1 – Planejamento Semestral:**

a) Envio do Planejamento Semestral deverá ser encaminhado ao CCP (ccp.pmpa@gmail.com) até o dia 07/02/2020 no primeiro semestre e 26/06/2020 no segundo semestre, acompanhado da Ficha de Cadastral dos Alunos a serem atendidos;

b) Aplicação do PROERD será apenas para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental;

c) Calendário de aplicação do PROERD no primeiro semestre deverá iniciar em março e finalizar em junho, e no segundo semestre iniciará em agosto com término previsto para novembro ou primeira quinzena de dezembro.

d) As formaturas serão organizadas pelos COINT’S, com a totalização das escolas atendidas por semestre e em cada município, nos meses de Junho e Novembro (ou início de dezembro).

#### **2 – Disponibilidade integral do Instrutor PROERD**

a) Deverá atender no mínimo 12 turmas por semana, em quatro dias, no horário de 07h às 13h ou das 13h às 19h, devidamente uniformizado, ficando um dia específico para alinhamentos pedagógicos operacionais com o CMT da OPM;

b) Todos os instrutores deverão dar ciência ao Oficial de Dia ou Fiscal de Dia das Unidades, acerca do início e término das atividades diárias, realizadas nas Escolas da área de circunscrição da unidade.

Disponibilidade parcial do Instrutor PROERD:

– Deverá desenvolver as atividades pelo menos uma vez por semana, atendendo um mínimo de duas turmas por semana, no horário definido pelo Instrutor PROERD e a Direção da Escola a ser atendida.

3 – Disponibilidade do Material Didático:

– A liberação do Material Didático para a aplicação das atividades do PROERD, será mediante o envio do Planejamento Semestral (publicado no BG N° 018 de 25 JAN 2018) e da Ficha Cadastral dos Alunos (anexo), para o e-mail do Centro de Capacitação em Prevenção (ccp.pmpa@gmail.com).

4 – Complementação de Jornada Operacional:

– Dar-se-á mediante aplicação do Programa no contra turno.

## REFERÊNCIAS DO CAPÍTULO 1

ACSELRAD, G. **Quem tem medo de falar sobre drogas? Falar mais para se proteger.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. p.164.

BARBOSA, Kátia Borges; SOBREIRA, Waleska Fernandes de O.; BRASIL, Maria Glaucéria Mota. **Uma reflexão comparativa da segurança pública nos governos FHC e LULA: A criação do SUSP.** 2018. Disponível em: <[http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/uma\\_reflexao\\_comparativa\\_da\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/uma_reflexao_comparativa_da_seguranca_publica.pdf)>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

BARBOZA, Erica Sabrina dos Santos; ALEXANDRE, Ivone Jesus. Programa educacional de resistência as drogas e a violência na escola: percepções dos professores e instrutor do programa. **Eventos Pedagógicos**, v. 4, n. 1, p. 80-89, 2013. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1160>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

BRASIL. Resolução Ministerial nº 025/2002. **Define Parceiro Estratégico de Prevenção Primária, no âmbito do Sistema Nacional Atidrogas – SISNAD.** Disponível em: [https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002\\_98095.html](https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-25-2002_98095.html). Acesso em: 22 de abril de 2018.

BRACKETT, Marc A.; RIVERS, Susan E. **Transforming Students' Lives with Social and Emotional Learning. In: Handbook of Emotional in Education.** New Haven: Yale University, 2012. Disponível em: <http://ei.yale.edu/wp-content/uploads/2013/09/Transforming-Students%E2%80%99-Lives-with-Social-and-Emotional-Learning.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BRAVO, Omar Alejandro. Discurso sobre drogas nas instituições públicas do DF. **Temas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 39-51, 2002. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2002000100004&script=sci>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

BRITO, Carlane Calixto de. **Programa educacional de resistência às drogas e a violência - PROERD - Uma análise de sua efetividade na prevenção na cidade de Goiânia.** Monografia – UFG. Goiânia, 2017. Disponível em <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/436>> Acesso em 24 de Mar. 2018

BROWN, Alan. *Investing in effective social service programs: know which social service programs work best.* **Public Management**, 93.2 (Mar. 2011). p 12. Disponível em: <<http://go-galegroup.ez3.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A251278321&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

CASEL. Casel.org. 2019. Disponível em: <https://casel.org/what-is-sel/>. Acesso em 05/01/2020.

CEBRID. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país. São Paulo, 2006.

CEBRID. VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio de redes públicas e privadas de ensino de 27 capitais brasileiras. Brasília, 2010.

CLAYTON, Richard R.; CATTARELLO, Anne M.; JOHNSTONE, Bryan M. *The effectiveness of Drug Abuse Resistance Education (Project DARE): 5-year follow-up results*. **Preventive medicine**, v. 25, n. 3, p. 307-318, 1996. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S. Educação sobre Drogas: Possibilidades da EaD na Formação Continuada de Professores. **EaD em FOCO**, v. 7, n. 2, set. 2017b. Disponível em: <<http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/577>> Acesso em: 08 de novembro de 2018.

COSTA, Ana; FARIA, Luísa. Aprendizagem social e emocional: Reflexões sobre a teoria e a prática na escola portuguesa. **Análise Psicológica**, v. 31, n. 4, p. 407-424, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S087082312013000400007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312013000400007)>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

COSTA, Ana; FARIA, Luísa. **Currículo para crianças do 7º ano do ensino fundamental: Caíndo na REAL/University of Arizona**. Tradução de Bárbara G. J. Miranda. Belo Horizonte: PMMG, 2013.

D.A.R.E. **Drug Abuse Resistance Education**. 2019. Disponível em: <https://dare.org/education/>. Acesso em 25/01/2019.

DOMINGUES, Vítor Gregório. Educação e guerra às drogas: uma reflexão sobre o PROERD na escola. **Revista Alabastro**, v. 1, n. 7, p. 56-72, 2016. Disponível em: <<http://revistaalabastro.fespsp.org.br/index.php/alabastro/article/view/121/0>>. Acesso em: 08 de março de 2018.

EDUCAÇÃO. **A história, os pilares e os objetivos da educação socioemocional**, 2018. Disponível em: <https://www.revistaeducacao.com.br/historia-os-pilares-e-os-objetivos-da-educacao-socioemocional/>. Acesso em 20/12/19.

FSPB. Fórum de Segurança Pública Brasileiro. **Anuário de segurança pública**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 06/11/2019

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARMON, M. A. *Reducin the Risk of Drug Involvement Among Early Adolescents: An Evaluation of Drug Abuse Resistance Education (D.A.R.E.)*. **Philadelphia: Evaluation Review**, 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

HART, C. **Um preço muito alto**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

LINHARES, Sólon Cícero. **Educação, trabalho e dimensões social e escolar da drogadição: um estudo sobre políticas públicas antidrogas e o PROERD em Curitiba/PR**. 2006. Disponível

em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/7829/>>. Acesso em: 26 de abril de 2018.

LYNAM, Donald R. et al. Project DARE: **no effects at 10-year follow-up**. Journal of consulting and clinical psychology, v. 67, n. 4, p. 590, 1999. Disponível em: <<http://psycnet-apa-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/fulltext/1999-03346-017.html>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003- 2011. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 3-22, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00003.pdf>>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

MASSARDI, Wellington de Oliveira; SILVA, Eraldo Teixeira da. Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá. **Gestão Contemporânea**, n. 13, 2013. Disponível em: <<http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/view/162>>. Acesso em: 08 de março de 2018.

MELO, Joel da Silva; CAMPOS, Valter Gomes. **O PROERD como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás**. In: Anais da Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (CIEGESI). 2013. p. 454-483. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/1125/829>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

MILLER, D. W. D.A.R.E. Reinvents Itself With Help From Its Social-Scientist Critics. **Chronicle of Higher Education**, v. 48, n. 8, 2001. Disponível em: <<http://go-galegroup.ez3.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?&id=GALE|A146948720&v=2.1&u=capes&it=r&p=AONE&sw=w>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

MIDFORD, R.; RAMSDEN, R.; LESTER, L.; CAHILL, H.; MITCHELL, J.; FOXCROFT, D. R.; VENNING, L. **Alcohol Prevention and School Students: Findings from na Australian 2-years Trial of Integrated Harm Minimization School Drug Education**. Journal of Drug Education: Substance Abuse Research and Prevention, vol. 44 (3-4), p. 71-94, 2014.

MOFFAT, B.; HAINES-SAAH, R. J.; JOHNSON, J. L. **From didactic to dialogue: Assessing the use of an innovative classroom resource to support decision-making about cannabis use**. Drugs: Education, Prevention and Policy, n. 24(1): 85–95, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ODON, Tiago Ivo. **Segurança Pública: Os brasileiros não podem mais esperar**. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Tiago\\_Odon/publication/323259333\\_Seguranca\\_Publica\\_-\\_os\\_brasileiros\\_nao\\_podem\\_mais\\_esperar/links/5a8ab4f30f7e9b1a95547af3/Seguranca-Publica-os-brasileiros-nao-podem-mais-esperar.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Tiago_Odon/publication/323259333_Seguranca_Publica_-_os_brasileiros_nao_podem_mais_esperar/links/5a8ab4f30f7e9b1a95547af3/Seguranca-Publica-os-brasileiros-nao-podem-mais-esperar.pdf). Acesso em 05 de outubro de 2018.

PAIVA, Patrícia Müzel de, et al. **As crianças entre as drogas, a polícia e a segurança**. 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21508>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

PMPA. Polícia Militar do Pará. Plano Estratégico Polícia Militar do Pará - 2015/2025.

PMPA. Polícia Militar do Pará. Lei Complementar no 053/2006. **Dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA.** Disponível em: <http://www.pm.pa.gov.br/sites/>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

RATEKE, Deise. **A Escola Pública e o PROERD:** tramas do agir policial na prevenção às drogas e às violências. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/>. Acesso em: 11 de janeiro de 2018.

RODRIGUES, Marlon Leal. Relato e questões de uma pesquisa: diagnóstico sobre o PROERD. **Traços de Linguagem-Revista de Estudos Linguísticos**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/tracos/article/view/2786>. Acesso em: 08 de março de 2018.

ROCHA, Cláudio Pereira da. **A Prevenção do Uso/Abuso de Drogas entre Crianças e Adolescentes no Ambiente Escolar.** 2009. Disponível em: [http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/a\\_prevencao\\_do\\_uso\\_abuso\\_de\\_drogas\\_entre\\_crianças\\_e\\_adolescentes\\_no\\_ambiente\\_escolar.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/a_prevencao_do_uso_abuso_de_drogas_entre_crianças_e_adolescentes_no_ambiente_escolar.pdf) >. Acesso em: 22 de abril de 2018.

ROSENBAUM, Dennis P.; HANSON, Gordon S. **Assessing the effects of school-based drug education: A six-year multilevel analysis of project DARE.** Journal of research in crime and delinquency, v. 35, n. 4, p. 381-412, 1998. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/>>. Acesso em: 18 de março de 2018.

SALM, José Francisco; MENEGASSO, Maria Ester; DE MORAES RIBEIRO, Rebeca. Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do PROERD em Santa Catarina. **Revista Alcance**, v. 14, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4777/477748625005/>>. Acesso em: 02 de abril de 2018.

SHAMBLLEN, Stephen R. et al. *An international evaluation of DARE in São Paulo, Brazil.* **Drugs: education, prevention and policy**, v. 21, n. 2, p. 110-119, 2014. Disponível em: <http://web.a-ebscohost-com.ez3.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

SILVA, Adilson Gonçalves; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina. Pesquisas sobre o programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD). **Revista LEVS**, n. 6, 2010. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1130>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos avançados**, n. 21, 2007. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/1130>>. Acesso em: 22 de abril de 2018

SOARES, S.; RAZO, R.; FARINAS, M. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis *In: A*

**educação no Brasil rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1752>. Acesso em: 23 de setembro de 2019.

TELEP, Cody W.; WEISBURD, David. **What is known about the effectiveness of police practices in reducing crime and disorder?**. *Police Quarterly*, v. 15, n. 4, p. 331-357, 2012. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1098611112447611>>. Acesso em: 03 de março de 2018.

WEST, Steven L.; O'NEAL, Keri K. **Project DARE outcome effectiveness revisited.** *American journal of public health*, v. 94, n. 6, p. 1027-1029, 2004. Disponível em: <<https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.94.6.1027>>. Acesso em: 02 de abril de 2018

## **APÊNDICE – Resumo do conteúdo dos livros didáticos utilizados pelos instrutores do PROERD.**

### **Caindo na REAL: 5º ano**

Neste livro, a primeira interação com o estudante, chama-se “Combinados do PROERD” e consiste em um conjunto de regras que devem ser obedecidas por todos os alunos, durante a realização das aulas ministradas pelos policiais militares. As regras são as seguintes:

1. Levante a mão para que só uma pessoa fale de cada vez;
2. Seja positivo, responsável e respeitoso, um comentário inadequado pode magoar sentimentos e encerrar nosso debate;
3. Observe e atenda ao sinal de silêncio. Luz, câmera, ação.
4. Use a expressão “alguém que eu conheço” em vez do nome da pessoa quando contar uma história; e
5. Responda somente as perguntas às quais se sinta à vontade para responder.

Após os avisos preliminares, tem início as aulas propriamente ditas, as quais são divididas em 10 (dez) lições, a saber:

**Lição 1:** “Praticando o Modelo de Tomada de Decisão”. É apresentada uma situação em que o estudante deve escolher entre duas opções: ir ao jogo de sua equipe ou ao aniversário de um amigo.

**Lição 2:** “Você Sabia?” São apresentados fatos e efeitos relacionados ao consumo de bebida alcoólica e cigarro. Observa-se que o material aborda somente esses dois tipos de substâncias (álcool e cigarro).

**Lição 3:** “Fazendo Escolhas Seguras e Responsáveis”. São apresentadas quatro situações em que o estudante deve definir e analisar o que fazer, posteriormente deve responder às seguintes indagações: Quais as consequências positivas das suas escolhas? Quais são as consequências negativas?

**Lição 4:** “Estratégias de Resistência”. São apresentadas cinco estratégias de resistência e em seguida sugere-se que o estudante defina e analise seu comportamento diante quatro situações expostas.

**Lição 5:** “Sinais de Tensão”. São apresentados sinais que o corpo humano apresenta quando está sob alguma forma de tensão. Solicita-se que o estudante realize atividades consideradas positivas diante desse tipo de situação (desenhar, escrever poemas ou músicas)

**Lição 6:** “Estilos de Comunicação”. São caracterizados três indivíduos, conforme a forma que como se comunicam com as demais pessoas: o Inseguro, o Confiante e o Exigente.

Ato contínuo, são apresentadas três situações para que o estudante utilize a “Comunicação Confiante” para resolver o conflito proposto.

**Lição 7:** “Comunicação Eficaz”. Consiste em atividades relacionadas a situações em que se deve aplicar o modelo de tomada de decisão do programa. A seguir é destinado um espaço para que o estudante elabore “Minha Redação PROERD”, ocasião em que são repassadas algumas orientações para que o estudante elabore o texto.

**Lição 8:** “Cinco Perguntas para Relatar o *Bullying*”. É abordado o tema *bullying* e a forma que o estudante deve reportar esse problema de forma responsável.

**Lição 9:** “Caça-palavras PROERD”. Consiste em atividades que complementam a lição anterior. Preliminarmente o estudante deve encontrar palavras relacionadas ao tema, as quais se encontram dispostas em um quadro com letras desordenadas, jogo conhecido popularmente como “Caça-palavras”. Ato contínuo o estudante deve avaliar, analisar e atuar conforme a decisão adotada diante a uma situação que lhe é apresentada.

**Lição 10:** “Precisando de Ajuda”. As últimas páginas do livro são destinadas a um diário, em que o aluno deve fazer um resumo do que aprendeu em cada lição. Além disso é apresentada a “Canção do PROERD”, de composição do Sargento Cláudio Coutinho dos Santos, pertencente ao efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

CANÇÃO DO PROERD  
 Existe um programa  
 Que vai lhe ajudar  
 Existe um amigo  
 Que vai lhe ensinar  
 Que o problema “DROGAS”  
 Merece atenção  
 E para manter-se a salvo  
 É preciso dizer NÃO  
 Cultivando o amor próprio  
 Controlando a tensão  
 Pensando nas consequências  
 Resistindo à pressão  
 Como amor a própria vida  
 E às DROGAS dizer NÃO  
 Quem lhe ensina é o amigo  
 Mas é sua a decisão  
 PROERD é o programa  
 PROERD é a solução  
 Lutando contra as drogas  
 Ensinando a dizer NÃO

**Caindo na REAL: 7º ano**

O livro destinado aos alunos do 7º ano do ensino fundamental, também é composto por dez lições fundamentadas na Teoria de Aprendizagem Socioemocional (SEL) em que o estudante deve adotar o modelo de tomada de decisão indicado no PROERD. Esta lição enfatiza as estratégias de recusa apresentadas no livro anterior, que estão dispostas em 10 (dez) lições a saber:

**Lição 1:** “Introdução ao REAL: Estratégias para Recusar”. Inicialmente são apresentados cinco cenários ao estudante, que deve responder aos seguintes questionamentos: O que você fará nesta situação? Por que? O que você acha que acontecerá como resultado de sua escolha? Quais as possíveis consequências? Como suas escolhas afetarão as outras pessoas? A escolha que você fez foi uma simples escolha ou uma escolha sabia?

**Lição 2:** “O Jogo da Adivinhação”. São apresentadas 11 (onze) perguntas de múltipla escolha relacionadas ao consumo de drogas entre os jovens. O estudante deve assinalar a assertiva que julga estar correta.

**Lição 3:** “Modelos de Tomada de Decisão PROERD: Histórias de conflitos”. O Modelo de Tomada de Decisão proposto no PROERD, indica que o estudante deve “Definir, Analisar, Atuar e Avaliar” seus atos antes de tomar qualquer decisão. Nessa lição o estudante deverá: Definir uma situação, Analisar suas escolhas, Atuar no sentido de apresentar a estratégia REAL escolhida e Avaliar as consequências advindas da decisão tomada.

**Lição 4:** “Recusar Assertivamente”. Os estudantes são orientados a trabalhar em duplas e participar de uma atividade em que devem recusar uma oferta de acordo com o modelo de tomada de decisão proposto. Ato contínuo, os estudantes devem avaliar quais as forma de recusa foram mais eficientes .

**Lição 5:** “Explicar com Frases Assertivas Iniciadas com o Pronome ‘EU’”. O estudante é orientado a fazer algumas afirmações referentes ao seu cotidiano e ao final deve justificar suas ações.

**Lição 6:** “Cenários para Abster-se”. São apresentados cinco textos referentes aos temas praticados durante as atividades realizadas em sala de aula. A lição exige que o aluno leia os textos e trabalhe em grupo no sentido de propor três maneiras de como evitar as situações propostas. A seguir o aluno deve indicar qual a melhor escolha a ser adotada, utilizando o Modelo de Tomada de Decisão do PROERD.

**Lição 7:** “Cenários para livrar-se”. Os estudantes devem encenar situações que representam seu cotidiano, sem seguida devem recusar ofertas julgadas inapropriadas.

**Lição 8:** “Senso Comum: Tomada de Decisão Pessoal”. Solicita-se ao aluno que, baseado nas suas convicções pessoais, assinale “Concordo” ou ”Discordo” em quinze assertivas, distribuídas em três grupos: Senso Comum entre Colegas, Meu Senso Comum e Senso Comum dos Outros.

De acordo com Paiva (2018), pode ser que tenha ocorrido um problema de tradução da expressão em inglês *common sense* (bom senso), uma vez que nessa lição não há qualquer explicação do que seria “Senso Comum” e a expressão “Bom Senso” aparenta ser mais adequada ao contexto.

**Lição 9:** “Cenários para Encenação”. Essa lição apresenta atividades complementares à lição anterior. Sugere-se que os alunos trabalhem em grupo e encenem algumas situações da vida cotidiana, para depois identificar os sentimentos envolvidos e justificar a validade de tais sentimentos.

**Lição 10:** “ECO-MAPA”. A última lição é similar ao livro anterior, em que o estudante deve montar a sua “Rede de Ajuda”.

Com o término das lições há uma breve revisão dos temas abordados e assim como ocorre no livro anterior, este currículo é finalizado com a “Canção do PROERD”.

**ANEXO A - Roteiro De Entrevista (Policiais Militares)**

NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

1 – Idade:

2- Data de ingresso na Polícia Militar: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

3 – Mês e ano em que passou a atuar como instrutor do PROERD: \_\_\_\_/\_\_\_\_

4 – Escolaridade: \_\_\_\_\_

5 – Possui outra experiência na área de educação?

Não     Sim

6 – Como se dá a participação dos professores durante as aulas do PROERD, durante a sua instrução?  
0 corresponde nenhuma participação e 5 corresponde participação muito efetiva.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

7 – Os fundamentos pedagógicos utilizados pelo PROERD estão claros para você?

0 corresponde ausência de clareza e 5 corresponde a totalmente claro.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

8 – Os alunos têm participação ativa nas atividades desenvolvidas?

0 corresponde nenhuma participação e 5 corresponde participação muito efetiva.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

9 – Quantas aulas são ministradas durante o curso e qual a duração de cada aula?

10 – Durante a atividade existe tempo suficiente para discutir as questões levantadas pelos alunos?

Não     Sim

11 – O tempo disponibilizado pelo Programa é suficiente à realização do conteúdo programado?

Não     Sim

12 – Os resultados das atividades desenvolvidas pelo PROERD são avaliados de alguma forma?

Não     Sim

13 – As escolas em que você atua desenvolvem algum tipo de projeto de continuidade às atividades do PROERD?

Não     Sim



**ANEXO B - Roteiro De Entrevista (Professores)**

NOME COMPLETO:

ESCOLA:

Idade:

Tempo de docência:

1 – Como conheceu o PROERD?

---

2 Conhece a finalidade do PROERD?

Não     Sim

---

3 – Participa das aulas ministradas pelos Policiais Militares, nas turmas em que leciona?

Não     Sim

---

4 – Qual o nível de importância você atribui às aulas do PROERD para a formação dos estudantes?

0 corresponde a nenhuma importância e 5 corresponde a importância muito significativa.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

---

5 – Você considera o PROERD uma ferramenta eficiente na prevenção do consumo de drogas e prática de atos violentos por parte dos estudantes?

0 corresponde a nenhuma eficiência e 5 corresponde a eficiência muito significativa.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

---

6 – Recebeu algum tipo de treinamento ou instrução por parte de Policiais Militares, de como atuar durante as aulas do PROERD?

Não     Sim

---

7 – Os fundamentos pedagógicos utilizados pelo PROERD estão claros para você?

0 corresponde ausência de clareza e 5 corresponde a totalmente claro.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

---

8 – Os alunos têm participação ativa nas atividades desenvolvidas?

0 corresponde nenhuma participação e 5 corresponde participação muito efetiva.

0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( )

---



## ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre “Programa de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD: estudo de caso na Região Metropolitana de Belém” e está sendo desenvolvida por Jeanderson da Silva Saraiva, do Curso de Pós Graduação em Segurança Pública, nível mestrado profissional da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Profa. Dra Simone Souza da Costa Silva. Os objetivos do estudo consistem em assinalar o perfil social, econômico e familiar de ex-alunos do Centro Educacional São Miguel, no município de Augusto Corrêa/PA e posteriormente comparar tais perfis e verificar se existe alguma relação com a prática de crimes ou consumo de drogas, bem como identificar se o PROERD exerceu algum tipo de influência positiva na vida desses jovens. A finalidade deste trabalho é indicar se o programa educacional está conseguindo alcançar os objetivos propostos, quando de sua implementação em nosso Estado. Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, a ser realizada por este pesquisador, com tempo médio de duração de 20 (vinte) minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de segurança pública e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Esclareço que poderá ocorrer certo desconforto no momento da entrevista e/ou durante o preenchimento do formulário, uma vez que serão tratados temas de cunho pessoal, no entanto o entrevistado poderá deixar de responder à qualquer indagação, assim como poderá encerrar a entrevista no momento que achar conveniente. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa poderá divulgar algumas informações pessoais e por isso, não serão revelados os nomes dos entrevistados, sendo numerados os protocolos para diferenciação dos dados de acordo com a ordem de avaliação. Além disso, as informações que se remetem à sua identificação serão mantidas em sigilo e somente os investigadores terão acesso. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum prejuízo. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Nas páginas seguintes, seguem as transcrições do inteiro teor do Roteiro da Entrevista e do Formulário PROERD, para prévio conhecimento e análise do convidado.

---

Jeanderson da Silva Saraiva - Pesquisador Responsável

Considerando, que fui informado(a) com dois dias de antecedência, dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante

Contato do CEP: Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da UFPA (CEP-ICS/UFPA): Complexo de Sala de Aula/ICS - Sala 13 - Campus Universitário, no 01, Guamá. CEP: 66.075-110 - Belém- Pará. Tel: 3201-8349 E-mail: cepccs@ufpa.br

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com o pesquisador responsável: Jeanderson da Silva Saraiva. Telefone: 91 982483556, email: jean.saraiva@hotmail.com

## ANEXO D - Publicação em Boletim Geral da PMPA

### **BOLETIM GERAL Nº 020 – 29 JAN 2020**

O Oficial Supervisor deverá acompanhar junto ao CIOP, sobre as ações de policiamento previsto na ordem de serviço, verificando o cadastro das operações por parte das UPM's do CPC e CPRM.

O Comando de Policiamento da Capital I (CPCI) ficará responsável em realizar o policiamento ostensivo dos locais onde ocorrerão as atividades do evento.

#### **9. COMUNICAÇÃO**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME</b>	<b>TELEFONE</b>
COORDENAÇÃO GERAL	TEN CEL PM KEYLA	98442-5683
COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA	MAJ PM SIMONE	98417-4278
Execução Geral	CAP PM JOYCE	98102-7872
Execução Geral	CAP PM SUELY	98086-9062

Quartel em Belém-PA, 28 de janeiro de 2020.  
 ANDRÉA KEYLA LEAL ROCHA – TEN CEL QOPM RG 18426  
 COMANDANTE DO CFAP

#### **● ATO DO DEPARTAMENTO GERAL DE OPERAÇÕES**

O CEL QOPM PEDRO PAULO DOS SANTOS CELSO, Chefe do Departamento Geral de Operações, no uso de suas atribuições legais, **APROVOU**:

#### **➤ NOTA Nº 001/2020 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA “PLANEJAMENTO PROERD/2020”**

Aos Comandantes do CPC I, CPC II, CPRM, CPR I, CPR II, CPR III, CPR IV, CPR V, CPR VI, CPR VII, CPR VIII, CPR IX, CPR X, CPR XI, CPR XII e CPR XIII.

Considerando a necessidade de otimizar e implementar a expansão das atividades de prevenção do uso de drogas, efetivadas pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), em todos 144 municípios do Estado do Pará, com uma meta de 120.000 (cento e vinte mil) alunos a serem atendidos no ano de 2020;

Considerando o índice de médio de 47% (quarenta e sete por cento) de instrutores do PROERD não atuantes no Estado, conforme tabela:

<b>COINT</b>	<b>ATUANTE</b>	<b>NÃO ATUANTE</b>	<b>TOTAL</b>
CPC I e II (Belém)	32	04	36
CPRM	19	00	19
CPR I (Santarém)	11	12	23
CPR II (Marabá)	20	06	26
*CPR III (Castanhal)	07	12	19

**BOLETIM GERAL N° 020 – 29 JAN 2020**

CPR IV (Tucuruí)	10	15	25
CPR V (Redenção)	08	07	15
CPR VI (Paragominas)	08	03	11
*CPR VII (Capanema)	07	11	18
CPR VIII (Altamira)	05	05	10
CPR IX (Abaetetuba)	12	11	23
CPR X (Itaituba)	04	02	06
CPR XI (Soure)	06	01	07
CPR XII (Breves)	03	05	08
CPR XIII (São Félix do Xingu)	02	07	09
<b>TOTAL</b>	<b>168</b>	<b>124</b>	<b>292</b>

Considerando a determinação do Sr. Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA, no que concerne à disponibilidade de todos os Policiais Militares (Instrutores Proerdianos) para a aplicação das ações do referido Programa, para possibilitar o atendimento das metas.

Considerando que o Governo do Estado e o Comando da PMPA farão o lançamento oficial do ano letivo do PROERD/2020, na primeira quinzena do mês de março, solicito de V. S.<sup>a</sup>, especial atenção no sentido de **enviar o Planejamento Semestral para o Centro de Capacitação em Prevenção (CCP)**, para o e-mail [ccp.pmpa@gmail.com](mailto:ccp.pmpa@gmail.com), **até o dia 07/02/2020**, atendo-se para as orientações constantes do anexo I e II.

Quartel em Icoaraci/PA, 28 de janeiro de 2020.

PEDRO PAULO DOS SANTOS CELSO – CEL QOPM  
CHEFE DO DEPARTAMENTO GERAL DE OPERAÇÕES

(Nota nº 001/2020 – DPC).

**ANEXO I****ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO SEMESTRAL****1 – Planejamento Semestral:**

a) Envio do Planejamento Semestral deverá ser encaminhado ao CCP ([ccp.pmpa@gmail.com](mailto:ccp.pmpa@gmail.com)) até o dia 07/02/2020 no primeiro semestre e 26/06/2020 no segundo semestre, acompanhado da Ficha de Cadastral dos Alunos a serem atendidos;

b) Aplicação do PROERD será apenas para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental;

c) Calendário de aplicação do PROERD no primeiro semestre deverá iniciar em março e finalizar em junho, e no segundo semestre iniciará em agosto com término previsto para novembro ou primeira quinzena de dezembro.

**BOLETIM GERAL N° 020 – 29 JAN 2020**

---

d) As formaturas serão organizadas pelos COINT'S, com a totalização das escolas atendidas por semestre e em cada município, nos meses de Junho e Novembro (ou início de dezembro).

**2 – Disponibilidade integral do Instrutor PROERD:**

a) Deverá atender no mínimo 12 turmas por semana, em quatro dias, no horário de 07h às 13h ou das 13h às 19h, devidamente uniformizado, ficando um dia específico para alinhamentos pedagógicos operacionais com o CMT da OPM;

b) Todos os instrutores deverão dar ciência ao Oficial de Dia ou Fiscal de Dia das Unidades, acerca do início e término das atividades diárias, realizadas nas Escolas da área de circunscrição da unidade.

**2 – Disponibilidade parcial do Instrutor PROERD:**

– Deverá desenvolver as atividades pelo menos uma vez por semana, atendendo um mínimo de duas turmas por semana, no horário definido pelo Instrutor PROERD e a Direção da Escola a ser atendida.

**3 – Disponibilidade do Material Didático:**

– A liberação do Material Didático para a aplicação das atividades do PROERD, será mediante o envio do Planejamento Semestral (publicado no BG N° 018 de 25 JAN 2018) e da Ficha Cadastral dos Alunos (anexo), para o e-mail do Centro de Capacitação em Prevenção ([ccp.pmpa@gmail.com](mailto:ccp.pmpa@gmail.com)).

**4 – Complementação de Jornada Operacional:**

– Dar-se-á mediante aplicação do Programa no contra turno.

Ante o exposto, esta Chefia do DGO, coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos através do CCP através do Telefone (91) 3258-9977).

Quartel em Icoaraci/PA, 28 de janeiro de 2020.

PEDRO PAULO DOS SANTOS CELSO – CEL QOPM  
CHEFE DO DEPARTAMENTO GERAL DE OPERAÇÕES

(Nota n° 001/2020 – DPC).

**BOLETIM GERAL N° 020 – 29 JAN 2020****ANEXO II  
PLANILHA DE CADASTRO DOS ALUNOS PROERD**

Unidade / Município:		Instituto:		Cidade/UF:						
Nome da Escola:		Posto/Localização:		OPM/UF:						
Diretor(a) da Escola:		Endereço da Escola:		TELEFONE DE CONTATO:						
Série:										
Nº	Nome do Aluno	Data de Nascimento	Nome do Pai	Nome da Mãe	Sexo	RG	CPF	Endereço	Telefone	Email
1	Augusto Cesar Miranda Pinto Junior	5/11/1987	Augusto Cesar Miranda Pinto	Ana Clotilde Lameira de Melo	Masculino	7592376	4239702230	Rua Augusto Hornumeggi, Rua das Flores, Conj. Nova Canaã, D. nº 08, C. nº 38	98369-4112	m9a_0318@hotmail.com
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										

**Obs: Baixar tabela através do link**<https://drive.google.com/open?id=1yNI5A9xcUxJxN8fQz9B1xx-1OlcocjI5>

Quartel em Icoaraci/PA, 28 de janeiro de 2020.

**PEDRO PAULO DOS SANTOS CELSO – CEL QOPM  
CHEFE DO DEPARTAMENTO GERAL DE OPERAÇÕES**

(Nota nº 001/2020 – DPC).

## ANEXO E

**Normas da Revista Análise Social**  
**ISSN 0003-2573/ Versão impressa**  
*Qualis A2*

### INSTRUÇÕES AOS AUTORES

#### Escopo e política

A Análise Social é a principal revista portuguesa em ciências sociais e na área dos estudos sobre Portugal. Durante mais de meio século, a revista manteve o seu cariz inovador devido à capacidade para atrair trabalhos que resultam de investigação de topo, tanto teórica como empiricamente, e à originalidade e importância dos temas abordados.

A Análise Social é uma revista multidisciplinar, especializada nas áreas da Sociologia, da História, da Antropologia, da Ciência Política e Psicologia Social. Dá prioridade à publicação de artigos que em cada uma destas áreas:

- Apresentem investigação empírica baseada em formulações e modelos teóricos;
- Desenvolvam novos métodos de análise e investigação;
- Usem conceitos heurísticos para a interpretação da realidade;
- Contenham implicações teóricas da investigação empírica;
- Contribuam para o desenvolvimento de perspectivas comparadas sobre os temas estudados.

Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, a Análise Social está aberta à publicação de artigos sobre outras regiões especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

A Análise Social é publicada quatro vezes por ano, está indexada no SciELO/Portugal e tem um rigoroso sistema de arbitragem científica.

A Análise Social encoraja o envio de propostas de artigos nas suas quatro áreas de especialização

#### Forma e preparação de manuscritos

1. A Análise Social é uma revista que publica trabalhos académicos originais e relevantes na área das ciências sociais. Aceita para avaliação (i) artigos de fundo até um limite de 9 000 palavras; (ii) artigos integrados em dossiês temáticos, até um máximo de quatro, com um limite de 7000 palavras cada; (iii) ensaios bibliográficos até 6000 palavras. A revista publica também recensões até 1500 palavras, bem como, a título excecional, entrevistas e obituários. Aceita-se o envio de obras para recensão.

2. Os trabalhos podem ser propostos em português e inglês.

3. O Conselho de Redação examina os trabalhos enviados tendo em vista a sua adequação à revista. Após este processo de triagem, os artigos são enviados para avaliação a dois revisores externos, em regime de duplo anonimato. Apenas serão publicados os artigos e ensaios bibliográficos que forem aprovados através deste sistema de avaliação. Todas as recensões serão avaliadas por um editor responsável, de acordo com a área temática em que se enquadrem.

4. O conteúdo dos trabalhos é da responsabilidade dos seus autores e não do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ou da Direção da revista.

5. Os trabalhos devem ser enviados em ficheiro Word, por correio eletrónico, para [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt). Os livros para recensão devem ser enviados para: Marta Castelo Branco,

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Av. Prof. Aníbal Bettencourt, 9 1600-189 Lisboa.

6. Os trabalhos devem conter sempre na primeira página o nome do autor, a sua filiação institucional, endereço eletrónico e endereço postal. Os artigos de fundo, os artigos de dossiê e os ensaios bibliográficos devem ser também acompanhados de um resumo de 100 palavras e de quatro palavras-chave na língua em que estão escritos e em inglês.

7. Todas as informações explícitas referente ao autor, como auto-citações ou referências a trabalhos anteriores, devem ser feitas de forma impessoal (e.g.: Autor 1999) tanto no corpo do texto, como na bibliografia final, de forma a garantir o sistema de anonimato.

8. As notas de rodapé são numeradas. Todos os quadros, figuras, imagens e mapas são numerados e identificados por um título, sendo colocados no final do texto, tendo este a indicação dos locais onde devem ser inseridos. A bibliografia é colocada depois dos quadros e deverá conter apenas as obras referenciadas, ordenadas alfabeticamente.

9. As citações e referências a autores seguem as normas seguintes: (Pinto, 2002), quando se reporta a uma obra ou aspeto da mesma em geral; (Pinto, 2002, pp. 32-33), quando se refere a um aspeto em concreto ou se faz uma citação; Pinto (2002a) quando cita mais do que uma obra do autor e ano; Pinto e Ferreira (2003) e Pinto, Ferreira e Sousa (2003), quando se refere a uma obra com dois ou três autores; Pinto et al. (2002), quando se citam obras com mais do que três autores.

10. Critérios de citação:

- Livros

PINTO, J. M. (2007), *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares e Reflexividade Social*, Porto, Afrontamento.

- Colectâneas

PROSSER, J. (ed.) (2000), *Image-Based Research — A Sourcebook for Qualitative Researchers*, Londres, Routledge and Falmer Press.

- Artigos em colectâneas

EISENSTADT, S. N. (2005), “Axial civilizations and the Axial Age reconsidered”. In J. P. Arnason, S. N. Eisenstadt, B. Wittrock (eds.), *Axial Civilizations and World History*, Leiden, Brill, pp. 531-564.

- Artigos em revistas

PARR, J. B. (2004), “The polycentric urban region: a closer inspection”. *Regional Studies*, 38 (3), pp. 231-240.

- Publicações online

COFFEY, A., HOLBROOK, B., ATKINSON, P. (1996), “Qualitative data analysis: technologies and representations”. *Sociological Research Online*, 1(1), Disponível em <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/1/1/4.html>, [consultado em 31-1-2006].

- Teses

FIDALGO, J. M. (2006), *O Lugar da Ética e da Auto-Regulação na Identidade Profissional dos Jornalistas*. Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

- Clássicos

ESPINOSA, B. (1988 [1670]), *Tratado Teológico-Político* (trad. D. P. Aurélio), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

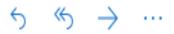
**COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO ARTIGO 2: Revista Análise Social. ISSN 0003-2573/  
Versão impressa**

RS

Revista Análise Social &lt;analise.social@ics.ulisboa.pt&gt;

Qui, 05/03/2020 10:37

Você; Marta Castelo Branco ✉



Prezado Jeanderson Saraiva,

Muito obrigada pelo artigo "PERCEÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NAS PRÁTICAS DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: POLICIAIS MILITARES E PROFESSORES", o qual será enviado ao conselho de redacção para triagem.

Esperamos terminar esta primeira fase do processo de avaliação durante o corrente mês.

Cordialmente,

Marta Castelo Branco

---

*Análise Social* e Imprensa de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal Bettencourt, n.º 9, 1600-189 Lisboa

Tel: 217804761

<http://analisesocial.ics.ul.pt/><https://www.ics.ulisboa.pt/imprensa><https://www.facebook.com/ImprensaCienciasSociais/>

---